

Relatório de
Governo
Societário



2015

MP – 1459088/16

Metro do Porto, S.A.

Versão aprovada em reunião do Conselho de Administração de 16 de maio de 2016

Handwritten signature in blue ink, appearing to be "J. B. J." followed by a date "13/12".

Índice

I.	Síntese (Sumário Executivo)	2
II.	Missão, Objetivos e Políticas	3
III.	Estrutura de capital	21
IV.	Participações Sociais e Obrigações detidas	22
V.	Órgãos Sociais e Comissões	24
A.	Assembleia Geral	24
B.	Administração e Supervisão	25
C.	Fiscalização	32
D.	Revisor Oficial de Contas (ROC)	36
E.	Auditor Externo	37
VI.	Organização Interna	40
A.	Estatutos e Comunicações	40
B.	Controlo interno e gestão de riscos	40
C.	Regulamentos e Códigos	47
D.	Deveres especiais de informação	49
E.	Sítio da Internet	50
F.	Prestação de Serviço Público ou de Interesse Geral	51
VII.	Remunerações	53
A.	Competência para a Determinação	53
B.	Comissão de Fixação de Remunerações	53
C.	Estrutura das Remunerações	54
D.	Divulgação das Remunerações	55
VIII.	Transações com partes Relacionadas e Outras	56
IX.	Análise de sustentabilidade da entidade nos domínios económico, social e ambiental	58
X.	Avaliação do Governo Societário	63
XI.	Anexos do RGS	66

I. Síntese (Sumário Executivo)

A síntese ou sumário executivo deve permitir a fácil perceção do conteúdo do relatório e, em particular, mencionar as alterações mais significativas em matéria de Boas Práticas de Governo Societário adotadas em 2015.

Com a alteração da estrutura acionista ocorrida a 25 de março de 2008, a Metro do Porto, S.A. passou a integrar o conceito de empresa pública. A Metro do Porto, S.A. integra assim o setor empresarial do Estado, devendo os seus relatórios de gestão incluir a informação definida do DL n.º 133/2013, de 3 de outubro. O Ofício nº 712-DGTF, de 12 de fevereiro de 2016, estipula a obrigação de apresentação do Relatório de Boas Práticas do Governo Societário nos termos do n.º 1 do artigo 54º do Regime Jurídico do Setor Público Empresarial, com base em modelo disponibilizado pela Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial (UTAM), obrigação a que se dá cumprimento com o presente documento.

Handwritten signature and initials in blue ink. The signature is a stylized 'F' shape, and the initials are 'T' and 'M'.

II. Missão, Objetivos e Políticas

1. Indicação da missão e da forma como é prosseguida, assim como da visão e dos valores que orientam a entidade (vide artigo 43.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro).

2. Indicação de políticas e linhas de ação desencadeadas no âmbito da estratégia definida (vide artigo 38.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro), designadamente:

a) Objetivos e resultados definidos pelos acionistas relativos ao desenvolvimento da atividade empresarial a alcançar em cada ano e triénio, em especial os económicos e financeiros;

b) Grau de cumprimento dos mesmos, assim como a justificação dos desvios verificados e das medidas de correção aplicadas ou a aplicar.

3. Indicação dos fatores-chave de que dependem os resultados da entidade.

4. Evidenciação da atuação em conformidade com as orientações definidas pelos ministérios setoriais, designadamente as relativas à política setorial a prosseguir, às orientações específicas a cada entidade, aos objetivos a alcançar no exercício da atividade operacional e ao nível de serviço público a prestar pela entidade (vide ponto 4 do artigo 39.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro).

Missão

Planear, conceber, construir, equipar e explorar um Sistema de Metro Ligeiro na Área Metropolitana do Porto, em regime de concessão atribuída pelo Estado.

Visão

Promover a mobilidade sustentável na Área Metropolitana do Porto (AMP).

Valores

Sustentabilidade, Orientação para o Cliente, Rigor, Transparência e Espírito de Equipa.

Objetivos Estratégicos para as décadas 2007-2027

- Constituir-se, posicionar-se e desenvolver-se como um ator e um fator inequívocos de dinamização económica e social da AMP.
- Contribuir para a modificação dos padrões de uso, ocupação e transformação das áreas urbanas e suburbanas da região, tendo em vista a competitividade territorial, a sustentabilidade ambiental e a coesão social.
- Reforçar a sua intervenção e influência enquanto elemento estruturante do reordenamento do sistema de transportes da AMP, articulando-se de forma estreita e concertada com os restantes operadores de transporte público.
- Privilegiar a dimensão metropolitana em oposição à dimensão porventura excessivamente municipal, tendo em particular atenção as concentrações de habitação, emprego e serviços.
- Promover a consolidação e a contenção dos tecidos urbanos.
- Privilegiar ganhos de tempo, em todas as circunstâncias, através da promoção da linearidade dos traçados e da prioridade à velocidade de circulação.
- Almejar a progressiva captação de deslocações ao transporte individual, através de uma política muito ambiciosa e concertada.



- Promover a eficiência energética global do sistema de transportes da Área Metropolitana e visar metas ambiciosas de redução das emissões poluentes.

De acordo com a Estratégia Empresarial Integrada, os fatores chave para atingir os objetivos estratégicos para as décadas 2007-2027 são:

1. Adotando como referência as seguintes definições:

Zona Chave (ZC): zona que apresenta uma densidade populacional superior a 5000 habitantes por Km²;

Ponto Chave (PC): edifício com frequência superior a 1000 pessoas em dia útil médio,

são propostos os seguintes objetivos estratégicos para o período 2007-2020:

- Que a maior percentagem possível de Zonas Chave (ZC) disponham de uma estação de Metro a uma distância inferior a 500m pedonais em todos os seus pontos (40% até 2013);
- Acesso adequado, em todas as ZC que não tenham uma estação de Metro, a uma distância inferior a 500m pedonais em todos os seus pontos (80% até 2013);
- Que a maior percentagem possível de Pontos Chave (PC) disponham (mínimo de 40% até 2013):
 - de cais Metro a distância igual ou inferior à definida para as Zonas Chave;
 - de acesso adequado a cais Metro a menos de 100m.
- Deslocalização máxima possível dos restantes Pontos Chave, se serviços públicos;
- Que as estações de todas as Zonas Chave, com uma estação a uma distância inferior a 500m pedonais em todos os seus pontos, estejam ligadas entre si a 10 Km/h (lineares com tempo de transbordo).

O Plano Estratégico dos Transportes, PET, face à situação crítica das empresas do sector, identificou em 2011 um conjunto de medidas para o horizonte 2011-2015 que, no que respeita à Metro do Porto, se consubstanciavam, numa primeira fase, na reestruturação da Empresa e, numa segunda fase, no aprofundamento da abertura à iniciativa privada da atividade de operação e exploração do serviço de transporte público, devendo o stock de dívida ficar a cargo do Estado.

Durante o ano de 2012 foi submetido às Tutelas sectorial e financeira o Plano de Reestruturação e o Plano de Alienação de Imóveis aprovados no âmbito do Plano de Atividades e do Orçamento da Empresa para 2013, cuja implementação veio a ser em parte prejudicada, no que respeita à reestruturação / fusão pela não estabilização da missão a atribuir à Empresa de Transportes do Porto.

No âmbito da reestruturação da Empresa, o Conselho de Administração na sua reunião de 5 de maio de 2014 decidiu criar um programa de saídas voluntárias de colaboradores. Assim, foi criado um incentivo, de acordo com os limites definidos no Decreto - Lei n.º 143/2010, de 31 de Dezembro, que foi utilizado para cessar o vínculo com a Metro do Porto, S.A. por nove trabalhadores em 2014 (um dos quais destacado no TIP, ACE) e em 2015 por um trabalhador. Foram ainda concedidas duas licenças sem vencimento a colaboradores da Metro do Porto, S.A., tendo dois colaboradores sido cedidos a organismos públicos.

As Bases de Concessão do Sistema de Metro Ligeiro da Área Metropolitana do Porto estipulam, na Base XXI, n.º 2, que a Metro do Porto, S.A. deve subconcessionar a exploração e manutenção da totalidade do Sistema.

Tendo por enquadramento instruções da tutela, que considerava que o superior interesse público seria melhor defendido através de potenciais vantagens e sinergias económico-financeiras associadas a um único Adjudicatário para ambas as Subconcessões, a Metro do Porto, S.A. e a Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A. (STCP) lançaram, em 8 de agosto de 2014, o Concurso Público para a Subconcessão dos Sistemas de Transporte da Metro do Porto, S.A. e da Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A., cujas peças procedimentais foram aprovadas pela Secretaria de Estado do Tesouro e pela Secretaria de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações por Despacho Conjunto n.º 10272-A/2014 de 8 de agosto de 2014, em seguimento da Resolução do Conselho de Ministros n.º 47/2014, de 22 de julho.

Por deliberação conjunta tomada na reunião que teve lugar no dia 16 de janeiro de 2015, foi aprovado pelos Conselhos de Administração de cada uma das Sociedades o relatório final de avaliação de propostas, o qual propunha a adjudicação ao Agrupamento Ferrocarril Metropolita de Barcelona, S.A. / Transports Ciutat Comtal, S.A.. Foi simultaneamente deliberado sujeitar a decisão de adjudicação à aprovação das tutelas.

A adjudicação veio a merecer acordo das Secretarias de Estado do Tesouro e das Infraestruturas, Transportes e Comunicações, conforme ofício datado de 10 de fevereiro de 2015.

A assinatura do contrato ocorreu a 23 de abril de 2015, tendo o processo sido enviado para fiscalização prévia do Tribunal de Contas em 19 de maio de 2015.

No início do mês de julho de 2015, a Metro do Porto teve conhecimento – pelo facto de o Conselho de Administração ter membros comuns às duas sociedades – do transmitido à STCP pelo agrupamento adjudicatário que Ferrocarril Metropolita de Barcelona, S.A. / Transports Ciutat Comtal, S.A. no sentido de que o resultado do investimento no fecho das estações de Metro (mecanismo antifraude) teria efeitos indesejados para a subconcessionária, no contrato de subconcessão da STCP, o que se manifestou totalmente inesperado e injustificado, uma vez que tal possibilidade estava prevista no Caderno de Encargos e foi contemplada no contrato celebrado entre a Metro do Porto e a TCCMP, e que, à data da apresentação das propostas, deveria, necessariamente, ter efetuado os cálculos que suportaram a apresentação do seu preço (sendo que este teria de contemplar as consequências do investimento no fecho das estações de Metro).

Atendendo à interligação da contratação da Metro do Porto e da STCP, a Metro do Porto, motivada pelas circunstâncias supervenientes e imprevisíveis, apresentou, em 17 de julho de 2015, um pedido de suspensão do processo de fiscalização prévia, tendo subsequentemente requerido a retirada do processo de fiscalização prévia à data em curso, com fundamentos que foram atendidos pelo Tribunal de Contas, o qual, através do ofício de 21 de julho de 2015, aceitou o cancelamento do processo.

Atenta a interligação entre os contratos da Metro do Porto e da STCP, foi determinante que o Agrupamento Ferrocarril Metropolitana de Barcelona, S.A. / Transports Ciutat Comtal, S.A., - não obstante tenha constituído uma sociedade comercial (TCCP BUS, Lda.) - não tenha prestado, no prazo consignado para o efeito, a caução igualmente prevista no concurso público.

Face àquele incumprimento de ordem procedimental relativamente ao Sistema de Transporte da STCP, caducou a adjudicação no dia 21 de agosto de 2015, nos termos da lei (cfr. o art. 91º, n.º 1 do Código dos Contratos Públicos) e do Programa de Concurso do concurso público em alusão (cfr. art. 31º, n.º 1).

Assim, caducando aquela adjudicação e não sendo possível praticar um novo ato de adjudicação, no seio deste mesmo procedimento, a favor do concorrente classificado em segundo lugar, porquanto inexistiam outros concorrentes, o procedimento adjudicatório em causa extinguiu-se no que concerne ao Sistema de Transporte da STCP.

O inadimplemento que se registou no âmbito da adjudicação da subconcessão do Sistema de Transporte da STCP gerou uma quebra de confiança insanável com o acionista Estado, comum à STCP e à Metro do Porto, em relação ao agrupamento concorrente composto pelas empresas Transports Ciutat Comtal, S.A. e Ferrocarril Metropolitana Barcelona, S.A, que foi o concorrente adjudicatário de ambos os mencionados Sistemas de Transporte.

A acrescer à quebra de confiança insanável que foi gerada, atendeu-se à forte interligação entre o Sistema de Transporte da Metro do Porto e o Sistema de Transporte da STCP, pelo que, neste quadro, se veio a concluir que, não estando mais reunidas as condições para se prosseguir com o Contrato de Subconcessão do Sistema de Transporte da Metro do Porto, se impunha resolver a situação resultante de, entretanto, ter sido celebrado o correspondente contrato de subconcessão.

Nessa conformidade, em 21 de agosto de 2015, a Metro do Porto, com o acordo da Tutela Setorial e da Tutela Financeira, foi revogado o Contrato de Subconcessão celebrado entre a Metro do Porto e a TCCMP, Lda., tendo sido assinado o acordo de revogação.

Atendendo ao desfecho do processo de concurso público, foi aprovado pelo Conselho de Administração em 21 de agosto de 2015 o lançamento de um novo processo de contratação para a subconcessão da Metro do Porto, por convite a todas as entidades que adquiriram as peças do procedimento, tendo resultado desse

procedimento, por deliberação do Conselho de Administração de 14 de Setembro de 2015, a adjudicação do sistema de transportes da Metro do Porto à Transdev Mobilidade, S.A..

A assinatura do contrato ocorreu a 26 de outubro de 2015, tendo o processo sido enviado para fiscalização prévia do Tribunal de Contas em 30 de outubro de 2015. No âmbito do processo de fiscalização prévia do Contrato pelo Tribunal de Contas, este Tribunal solicitou esclarecimentos no dia 12 de Novembro de 2015 sobre o cumprimento dos princípios da legalidade e da transparência na formação do mesmo, designadamente sobre o incumprimento, por omissão, do regime constante do Decreto-Lei n.º 111/2012, de 23 de maio (regime da Parceria Público Privada). A resposta à última solicitação estava pendente à data do fim do exercício, porquanto, a 04 de Dezembro de 2015, a Metro do Porto recebeu o Ofício n.º 4191 do Ministério do Ambiente que ordenou sustar o processo de obtenção de visto prévio, para reavaliação do processo de contratação.

Nessa sequência e após reavaliação do processo de contratação da subconcessão, o Conselho de Administração deliberou, em 15 de fevereiro de 2016 iniciar o processo de anulação administrativa do ato de adjudicação e do contrato de subconcessão do Sistema de Transporte da Metro do Porto, S.A. celebrado em 26 de Outubro, entre esta Sociedade e a Transdev Porto – Subconcessão do Metro, S.A., considerando que, para além do incumprimento do regime constante do Decreto-Lei n.º 111/2012 de 23 de maio, os termos e condições estabelecidos para a referida subconcessão não tiveram em conta os contributos dos municípios da Área Metropolitana do Porto, limitando as suas competências futuras em matéria de serviço público de transporte, designadamente na capacidade de responder às necessidades de mobilidade das populações.

Após realização da audiência prévia dos interessados - notificados daquela decisão em 17 de fevereiro de 2016 e da apresentação de pronúncia dos mesmos em 16 de março de 2016 – veio o Conselho de Administração a aprovar, em 21 de março de 2016, o relatório de audiência dos interessados e a deliberar nessa mesma data, anular o ato de adjudicação do procedimento relativo ao contrato de subconcessão da Exploração do Sistema de Transporte da Metro do Porto, S.A. aprovado em 14 de setembro de 2015.

Dessa decisão foi notificado o adjudicatário e informado o Tribunal de Contas e as Suas Excelências o Ministro das Finanças e o Ministro do Ambiente.

A vigência do contrato celebrado entre a Metro do Porto, S.A. e a Prometro, S.A. em 26 de fevereiro de 2010 deveria ter cessado a 31 de dezembro de 2014. Devido às vicissitudes descritas supra a propósito dos processos de contratação, decidiu-se prolongar essa vigência.

A Metro do Porto, S.A. e a Prometro, S.A. acordaram assim sucessivas prorrogações do contrato, nomeadamente:

- 1º aditamento, de 1 de janeiro de 2015 a 31 de março de 2015, por um preço global de 7.749,999,99 euros, a que acresce IVA à taxa legal em vigor. Este aditamento mereceu acordo prévio das Secretarias de Estado do Tesouro e das Infraestruturas, Transportes e Comunicações, conforme

ofícios de 13 de dezembro e 5 de dezembro de 2014, respetivamente e concessão de visto prévio por parte do Tribunal de Contas a 2 de março de 2015, no âmbito do Processo n.º 2433/2014;

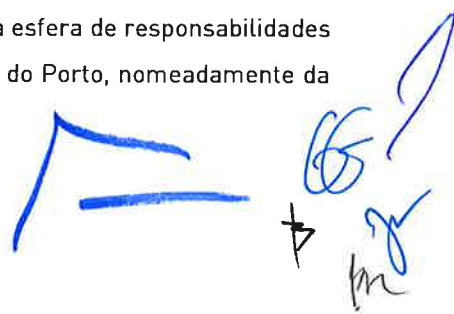
- 2º aditamento, 1 de abril de 2015 a 30 de junho de 2015, com a possibilidade de opção pelo período adicional de um mês (opção exercida pela Metro do Porto), por um preço global de 10.945.935,02 euros, a que acresce IVA à taxa legal em vigor. Este aditamento mereceu acordo prévio das Secretarias de Estado do Tesouro e das Infraestruturas, Transportes e Comunicações, conforme ofício de 27 de março de 2015 e concessão de visto prévio por parte do Tribunal de Contas a 29 de maio de 2015, no âmbito do Processo n.º 724/2015;
- 3º aditamento, 1 de agosto de 2015 a 30 de setembro de 2015, com a possibilidade de opção pelo período adicional de um mês (opção exercida pela Metro do Porto), por um preço global de 8.087.718,41 euros, a que acresce IVA à taxa legal em vigor. Este aditamento mereceu acordo prévio das Secretarias de Estado do Tesouro e das Infraestruturas, Transportes e Comunicações, conforme ofícios de 28 de julho de 2015 e 24 de julho de 2015, respetivamente e concessão de visto prévio por parte do Tribunal de Contas a 24 de setembro de 2015, no âmbito do Processo n.º 1575/2015;
- 4º aditamento, 1 de novembro de 2015 a 29 de fevereiro de 2016, com a possibilidade de opção pelo período adicional de um mês (opção exercida pela Metro do Porto), por preço global de 13.013.148,55 euros, a que acresce IVA à taxa legal em vigor. Este aditamento mereceu acordo prévio das Secretarias de Estado do Tesouro e das Infraestruturas, Transportes e Comunicações, conforme ofícios de 20 de outubro de 2015 e 19 de outubro de 2015, respetivamente e concessão de visto prévio por parte do Tribunal de Contas a 3 de dezembro de 2015, no âmbito do Processo n.º 2271/2015.

Face ao contrato inicial com a Prometro, regista-se a exclusão de algumas atividades da esfera da responsabilidade do subconcessionário, das quais se destaca a manutenção dos 72 veículos Eurotram da frota da Metro do Porto que passou a ser assegurada pela Metro do Porto através de contrato com a EMEF – Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A. (mais detalhe a seguir).

Dada a decisão de anulação administrativa do ato de adjudicação do procedimento relativo ao contrato de subconcessão da Exploração do Sistema de Transporte da Metro do Porto, S.A. aprovado em 14 de setembro de 2015, iniciou-se o processo negocial para nova prorrogação do contrato de operação com a Prometro por um prazo adicional de 24 meses, o que veio a ser concretizado por via de um 5.º Aditamento, celebrado em 31 de Março de 2016.

Este período temporal é o considerado necessário pela Metro do Porto, S.A. para completar um novo procedimento de contratação pública, com público apelo à concorrência, para a subconcessão do Sistema de Operação e Manutenção do Sistema de Metro Ligeiro na Área Metropolitana do Porto, em conformidade com as disposições constantes do Decreto-Lei n.º 111/2012, de 23 de maio.

O referido 5.º Aditamento com o valor de 70.300.008,00 euros voltou a incluir na esfera de responsabilidades contratuais da Prometro a manutenção de todo o material circulante da Metro do Porto, nomeadamente da frota de 72 veículos Eurotram e a frota de 30 veículos Tram Train.



Até 21 de dezembro de 2014 a manutenção dos 30 veículos Tram Train foi assegurada por contrato com o consórcio Bombardier / Vossloh no âmbito da garantia pelo fornecimento destes equipamentos. Tornando-se necessário assegurar a sua manutenção até ao final do ano de 2014, foi celebrado contrato, por ajuste direto, com a Bombardier Transportation Portugal, S.A. para este efeito.

Uma vez que os sucessivos aditamentos celebrados com a Prometro para assegurar a operação do Sistema de Metro Ligeiro após o termo do contrato a 31 de dezembro de 2014 excluíram os trabalhos de manutenção da frota de material circulante, a Metro do Porto, após consulta a duas entidades, celebrou através de ajuste direto um contrato de manutenção da totalidade da frota com a EMEF pelo mesmo prazo do 1.º aditamento celebrado.

Dada a necessidade de celebração de novos aditamentos ao contrato com a Prometro, foram efetuados novos ajustes diretos à EMEF por prazos idênticos aos já referidos no ponto anterior, nomeadamente:

- 1º aditamento, de 1 de janeiro de 2015 a 31 de março de 2015, por um preço global de 969.000,00 euros, a que acresce IVA à taxa legal em vigor;
- 2º aditamento, 1 de abril de 2015 a 30 de junho de 2015, com a possibilidade de opção pelo período adicional de um mês (opção exercida pela Metro do Porto), por um preço global de 1.368.635,20 euros, a que acresce IVA à taxa legal em vigor;
- 3º aditamento, 1 de agosto de 2015 a 30 de setembro de 2015, com a possibilidade de opção pelo período adicional de um mês (opção exercida pela Metro do Porto), por um preço global de 1.011.191,71 euros, a que acresce IVA à taxa legal em vigor;
- 4º aditamento, 1 de novembro de 2015 a 29 de fevereiro de 2016, com a possibilidade de opção pelo período adicional de um mês (opção exercida pela Metro do Porto), por um preço global de 1.627.008,69 euros, a que acresce IVA à taxa legal em vigor.

Dadas as vicissitudes expostas a propósito da não conclusão dos procedimentos de contratação, quer do concurso público lançado em agosto de 2014, quer do procedimento pré-contratual por ajuste direto, lançado em 22 de agosto de 2015, o montante acumulado dos contratos celebrados com a EMEF acrescido dos montantes referentes aos serviços adicionais que entretanto se tornaram necessários realizar (vandalismo), determinou que os mesmos viessem a ser objeto de fiscalização do Tribunal de Contas, o que veio a suceder, mediante envio daqueles contratos a 10 de fevereiro de 2016 àquele Tribunal.

A Estratégia Empresarial Integrada da Metro do Porto, para o período 2007-2027 define um conjunto de objetivos com vista à criação de benefícios económicos, sociais e ambientais na Área Metropolitana do Porto.

Objetivos de Exploração

O Orçamento para 2015 da Metro do Porto, S.A. aprovado em Conselho de Administração desta sociedade tinha implícitos os seguintes objetivos de exploração comercial.

Real 2015	Meta 2015	
294,5	300,0	PASSAGEIROS KM (M)
1.630,7	1.606,0	LUGARES KM (M)
18,1	18,7	TAXA DE OCUPAÇÃO (%)
105,9	111,2	TAXA DE COBERTURA (%)

Constata-se que a procura ficou ligeiramente aquém do previsto, tendo-se ultrapassado o volume de oferta projetado, gerando uma taxa de ocupação ligeiramente inferior ao objetivo. A taxa de cobertura também ficou abaixo do previsto, no entanto, acima dos 100%.

Sendo a operação do Sistema de Metro Ligeiro, nos termos previstos nas Bases de Concessão, efetuada por um subconcessionário selecionado por concurso público internacional, o custo de operação encontra-se estabilizado durante a duração do contrato. É assim possível afirmar que, do ponto de vista de custos de operação, o fator chave de que dependem os resultados da empresa é o resultado do processo de concurso internacional. Entre 2010 e 2014 esteve em vigor o contrato de operação e manutenção com a Prometro e em 2015, conforme já acima explanado, esteve em execução um conjunto de aditamentos ao mesmo.

Do lado das receitas de exploração, estas são quase exclusivamente referentes ao tarifário intermodal Andante, cujas atualizações de preço são definidas administrativamente, usualmente com atualizações à taxa de inflação.

Do desequilíbrio do modelo de financiamento da Metro do Porto, baseado em endividamento remunerado, resultam custos de financiamento muito elevados e dependentes da evolução das taxas de juro.

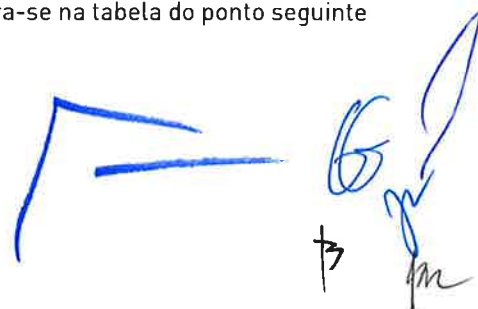
Objetivos e resultados definidos pelos acionistas e grau de cumprimento dos mesmos

Objetivos de Gestão

Foram propostos à Tutela financeira em janeiro de 2013 os objetivos de gestão a incluir nos contratos de gestão a celebrar com os administradores para o mandato 2012 – 2014 e cuja avaliação foi apresentada nos relatórios anteriores. Não foram definidos objetivos para o exercício de 2015.

Parque de veículos do Estado

A evolução do número de viaturas utilizadas e dos custos suportados encontra-se na tabela do ponto seguinte deste relatório.



No ano de 2013 foi concluído o processo de celebração de acordos de atribuição e uso de viaturas com os colaboradores da empresa em cumprimento do disposto no Ofício n.º 426 de 18. de janeiro de 2012 da Direção Geral do Tesouro e Finanças, para efeitos de enquadramento na alínea b) dos nº 3 e 9 do artigo 2º do Código do IRS e tributação em sede deste imposto, como rendimento em espécie, tanto no ano de 2012 como em 2013.

Este acordo manteve-se válido e inalterado no exercício de 2015.

Plano de Redução de Gastos

O Ofício Circular n.º 11156, de 2 de dezembro de 2014, da Direção Geral do Tesouro e das Finanças, definiu uma série de instruções sobre a elaboração dos Instrumentos Previsionais de Gestão para o exercício de 2015. Prevê-se nesse Ofício Circular, tal como no art.º 61º da Lei do Orçamento de Estado para 2015, que no caso de empresas deficitárias se deve *"garantir um orçamento económico equilibrado, traduzido num valor de «lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização» (EBITDA) nulo por via de uma redução dos custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, fornecimentos e serviços externos e gastos com pessoal de 15%, no seu conjunto, em 2015 face a 2010"*.

Este Ofício Circular prevê orientações adicionais segundo as quais:

- *"Gastos com comunicações, despesas com deslocações, ajudas de custo e alojamento devem manter-se ao nível dos verificados a 31 de dezembro de 2014, salvo se o aumento verificado decorrer de processos de internacionalização das empresas ou aumento da atividade devidamente justificados e aceites pelas tutelas";*
- *"Redução de gastos associados à frota automóvel comparativamente com os gastos a 31 de dezembro de 2014, através da redução do número de veículos do seu parque automóvel e a revisão das categorias dos veículos em utilização".*

A tabela seguinte apresenta os valores em causa nestas orientações:

PRC (valores em euros)	Meta	2015	2014	2013	2012	2011	2010	Δ Absol. 2015/2014	Var. % 2015/2014	Δ Absol. 2015/2010	Var. % 2015/2010
EBITDA											
(1) CIVIMC		0	0	0	0	0	0	0	-	0	-
(2) FSE*		43.059.972	50.896.602	49.317.614	50.536.632	54.654.021	56.384.922	-7.836.630	-15%	-13.324.951	-24%
(3) Gastos com o pessoal**		4.127.222	4.707.090	4.892.373	4.250.288	4.827.420	5.867.858	-579.868	-12%	-1.720.336	-29%
(3.1) dos quais indemnizações		16.564	340.021	4.129	0	39.262	35.000	-223.457	-95%	-18.436	-53%
(4) Gastos Operacionais - (1)-(2)-(3)-(3.1)		47.170.630	55.263.671	54.205.648	54.786.921	59.452.079	62.197.680	-8.093.041	-15%	-15.026.851	-24%
(5) Volume de Negócios***		42.655.866	41.079.074	40.173.620	38.486.728	34.025.922	31.556.487	1.576.792	4%	11.101.280	35%
Peso dos Gastos no VN (4)/(5)		1,11	1,35	1,35	1,42	1,60	1,97	-0,24	-18%	-0,87	-44%
Lei OE 2015 - Art. 61º n.º 3											
Comunicações (FSE)	em linha com 2014	47.255	55.612	67.024	86.729	112.782	125.859	-8.258	-15%	-78.504	-62%
Deslocações/Estadas (FSE)	em linha com 2014	56.531	19.762	18.334	28.042	37.250	36.923	36.769	186%	19.608	53%
Ajudas de custo (Gastos com Pessoal)	em linha com 2014	1.343	411	2.114	5.148	12.219	21.199	731	178%	-20.056	-95%
Número Trabalhadores								0	-		-
N.º Efectivos		71	76	79	82	91	n.a.	-5	-7%	n.a.	n.a.
N.º Cargos de Direcção		12	12	14	14	12	n.a.	0	0%	n.a.	n.a.
N.º Trabalhadores / Cargos Direcção		5,92	6,33	5,64	5,93	7,00		-0,42	-7%		
Viaturas											
N.º Viaturas	menor que em 2014	31	30	30	n.a.	n.a.	n.a.	1	3%	n.a.	n.a.
Gastos com Viaturas	menor que em 2014	227.354	232.804	241.138	n.a.	n.a.	n.a.	-5.450	-2%	n.a.	n.a.

* FSE totais deduzidos da IFRIC e dos direitos de utilização bem como montantes registados em subcontas desta que não são gastos operacionais. São ainda somados montantes registados em subcontas das contas 58 e 69 que são gastos de carácter operacional.

** Em 2013 inclui subsídio de férias referente a 2012 e não contabilizado nesse período (293 mil euros) conforme detalhado no ponto 6.3.1 do RC 2013.

*** Prestações de serviços - comissões cobradas a clientes, deduzidas da IFRIC, dos direitos de utilização previstos no contrato de subconcessão e correcção tarifária social.

Constata-se que são cumpridas as orientações referentes a:

- Redução dos fornecimentos e serviços externos e gastos com pessoal face a 2010, que contraem 24% face aos 15% previstos na orientação;

- Redução dos gastos com viaturas de 2% face a 2014
- Redução dos gastos com comunicações de 15% face a 2014.

Constata-se que não são cumpridas as orientações referentes a:

- Aumento de uma viatura da empresa, resultado do abate de uma viatura e do acréscimo de duas viaturas usadas alugadas à Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A., uma para substituição do abate ocorrido e outra atribuída a um colaborador que em 2015 regressou de comissão de serviço num organismo público;
- Redução dos gastos com deslocações e estadas, resultado de despesas suportadas com deslocações das equipas de advogados externas contratadas para assegurar a defesa da Metro do Porto no processo judicial em Londres;
- Redução dos gastos com ajudas de custo com pessoal, que aumentaram 731 euros face a 2014 em resultado de deslocações de pessoal no âmbito do processo judicial que decorre em Londres.

Limites de endividamento

A tabela seguinte apresenta a evolução dos encargos financeiros e da taxa média de financiamento no período 2011 - 2015:

Anos	2015	2014	2013	2012	2011
Encargos Financeiros (€)	105.882.768	97.910.095	108.207.515	149.081.361	133.402.991
Taxa Média de Financiamento	3,23%	3,05%	3,59%	5,56%	5,47%

A tabela seguinte apresenta a evolução do passivo remunerado entre 2013 e 2015:

Passivo Remunerado (€)	2015	2014	2013	Var 15/14	
				Valor	%
Financiamentos obtidos	3.310.426.982	3.217.393.740	3.176.636.380	93.033.241	2,9%
... dos quais concedidos pela DGT	1.984.805.497	1.787.909.688	1.513.398.173	196.895.809	11,0%
Aumentos capital por dotação	0	0	0	0	-
Aumentos de capital por conversão créditos	0	0	0	0	-
Endividamento ajustado	3.310.426.982	3.217.393.740	3.176.636.380	93.033.241	2,9%

O Ofício Circular n.º 11156, de 2 de dezembro de 2014, da Direção Geral do Tesouro e das Finanças, contendo instruções para a elaboração dos Instrumentos Previsionais de Gestão – 2015, estipulava que “nos termos da proposta do OE/2015, o crescimento do endividamento das empresas públicas, considerando o financiamento remunerado ponderado pelo capital social realizado, fica limitado a 3%”.

Verificação Limites de Endividamento		
Dívida remunerada	2014	2015
Dívida bruta	3.220.740.756	3.313.374.582
Bonificações de juros	3.347.016	2.947.601
Dívida Líquida	3.217.393.740	3.310.426.982
Limite Endividamento (31 Dez)		3.313.915.553

Verifica-se em 2015 uma variação de 2,9% da dívida líquida, abaixo do limite máximo de variação permitido.

Prazo médio de pagamento a fornecedores e pagamentos em atraso

O prazo médio de pagamento (PMP), calculado de acordo com a RCM n.º 34/2008, alterada pelo Despacho n.º 9870/2009, apresenta uma descida em 2015 para um valor de 63 dias. No cálculo do PMP não foi considerada a fatura emitida em 20 de dezembro de 2010 pelo consórcio Normetro (e entretanto paga em fevereiro de 2015), relativa ao acordo de fecho de contas do contrato de projeto, construção, equipamento e operação do Sistema de Metro Ligeiro da Área Metropolitana do Porto, uma vez que esse tipo de situações não corresponde à motivação do legislador.

PMP	2015	2014	Var 15/14	
			Valor	%
Prazo (dias)	63	65	-2	-3,1%

A posição dos pagamentos em atraso a 31 de dezembro de 2015, nos termos do Decreto-Lei 65-A/2011, de 17 de maio, é a seguinte:

Dividas Vencidas (valores em euros)	0-90 dias	Dividas vencidas de acordo com o Art. 1º DL 65-A/2011			
		90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias
Aq. de Bens e Serviços	433.198,29	4.769,75	0,00	0,00	8.028,31
Aq. de Capital	1.848,36	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	435.046,65	4.769,75	0,00	0,00	8.028,31

Os pagamentos em atraso no final de 2014 ascendiam a 7,9 mil euros, pelo que se observa uma ligeira subida no valor dos pagamentos em atraso no final de 2015 para 12,8 mil euros. Este valor, ainda marginal, resulta de dificuldades administrativas no processamento destes pagamentos.

Recomendações dos acionistas aquando da aprovação das contas de 2014

Na Assembleia Geral realizada a 26 de Maio de 2015, o representante do acionista Estado, em declaração de voto, disse que *"o seu representado recomenda ao Conselho de Administração o cumprimento das suas obrigações no que respeita ao plano de redução de custos"*. A análise das orientações recebidas e resultados alcançados em 2015 foi já apresentada neste relatório.

Orientações sobre remunerações

Foram integralmente cumpridas as orientações transmitidas e aplicadas aos órgãos sociais, auditor externo e restantes trabalhadores.

Nos termos do Art.º 41º da Lei do Orçamento de Estado, não foram atribuídos prémios de gestão relativos a exercícios anteriores, bem como não é proposto à Assembleia Geral a atribuição de prémios de gestão relativos ao exercício de 2015.

Não se procedeu no exercício de 2015 a qualquer atualização dos salários nominais, tendo sido aplicados os cortes remuneratórios previstos no:

- Art.º 12º da Lei 12-A/2010 de 30 de junho, o qual estipula que "A remuneração fixa mensal ilíquida dos gestores públicos executivos e não executivos, incluindo os pertencentes ao sector público local e regional, e dos equiparados a gestores públicos, é reduzida a título excecional em 5%";
- Art.º 4º da Lei 75/2014, de 12 de Setembro, que reverteu em 20% os cortes remuneratórios aplicáveis de setembro a dezembro de 2014, decorrentes do mesmo diploma (Art.º 2), aos órgãos sociais, auditor externo e demais trabalhadores da Empresa.

Não existe na Metro do Porto nenhum benefício de complemento de pensões atribuído aos seus colaboradores.

As tabelas previstas no Ofício nº 712-DGTF, de 12 de fevereiro de 2015, referentes à remuneração dos órgãos sociais são apresentadas na Nota 31 do Anexo ao Balanço e Demonstrações de Resultados, e de seguida reproduzidas:

Mesa da Assembleia Geral

Mandato	Cargo	Nome	Valor da Senha Fixado (€)	Remuneração Anual 2015 (€)			
				Bruto (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Reversão Remuneratória (3)	Valor após reduções (4)=(1)-(2)+(3)
2012-2014(*)	Presidente da Mesa da Assembleia geral	Valentim dos Santos de Loureiro	575	575	0	0	575
	Vice-Presidente	Alberto João Coraceiro de Castro	470	470	0	0	470
	Secretário	Luís Artur Miranda Guedes Bianchi de Aguiar	375	375	0	0	375

(*) Mandato prorrogado até janeiro de 2016

Conselho de Administração

Conselho de Administração

Mandato	Cargo	Nome	Designação		OPRLO	
			Forma (1)	Data	(Identificação Entidade)	Pagadora (O/D)
2012-2014 (*)	Presidente do Conselho de Administração e da Comissão Executiva	João Velez Carvalho	D	13-jul-12		
	Vogal Executivo	António José Lopes	D	13-jul-12		
	Vogal não Executivo	Rui Miguel Faria de Sá Pinto ¹	D	13-jul-12	IAPMEI, IP	Origem
	Vogal não Executivo	Joana Fernanda Ferreira de Lima ²	D	13-jul-12	Câmara Municipal da Trofa	Origem
	Vogal não Executivo	Gonçalo Nuno de Sousa Mayan Gonçalves	D	13-jul-12	BPI	Origem
	Vogal não Executivo	António Domingos da Silva Tiago	Cooptação	12-nov-14	Câmara Municipal da Maia	Origem
	Vogal não Executivo	Marco André dos Santos Martins Lopes	Cooptação	30-nov-15	Câmara Municipal de Gondomar	Origem

Metro do Porto, S.A.

(1) indicar Resolução (R)/AG/DUE/Despacho (D)

Legenda: ¹ Em 03 de março de 2014, informou que, por Despacho n.º 3450-A/2014 foi nomeado para o cargo de Vogal do Conselho Diretivo do IAPMEI, ficando a acumular as 2 funções, motivo pelo qual deixou de auferir remunerações na MP.

² Em 26 de novembro de 2015 renunciou ao cargo, tendo sido substituído pelo Senhor Dr. Marco Martins em Reunião do Conselho de Administração de 30 de novembro 2015

Nota: OPRLO – Opção pela Remuneração de Origem; O/D: Origem/Destino

(*) Mandato prorrogado até janeiro de 2016

Membro do CA	Acumulação de Funções		
	Entidade	Função	Regime
(Nome)			(Público/Privado)
João Velez Carvalho	TIP – Transportes Intermodais do Porto, ACE	Vogal do Conselho de Administração	Público
	STCP – Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, S.A.	Presidente Não Executivo do Conselho de Administração	Público
António José Lopes	STCP – Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, S.A.	Vogal não Executivo do Conselho de Administração	Público
	Metro do Porto Consultoria – Consultoria em Transportes Urbanos e Participações, Unipessoal, Lda.	Gerente	Público
	Transpublicidade – Publicidade em Transportes, S.A.	Presidente do Conselho de Administração	Público
	TIP – Transportes Intermodais do Porto, ACE	Vogal do Conselho de Administração	Público
	Nortrem – Aluguer de Material Ferroviário, ACE	Vogal do Conselho de Administração	Público
	Porto Digital	Vogal do Conselho de Administração	Associação
	ATC – Porto Tours	Presidente do Conselho Fiscal	Associação
Rui Miguel Faria de Sá Pinto	IAPMEI, I.P.	Vogal do Conselho Diretivo	Público
Gonçalo Nuno de Sousa Mayan Gonçalves	Banco BPI	Diretor do Centro de Empresas	Privado
Joana Fernanda Ferreira de Lima	Câmara Municipal da Trofa	Vereadora	Público
António Domingos Silva Tiago	Câmara Municipal da Maia	Vice-presidente	Público
Marco André dos Santos Martins Lopes	Câmara Municipal de Gondomar	Presidente	Público

Metro do Porto, S.A.

Membro do CA (Nome)	EGP			
	Fixado	Classificação	Valores Mensais Bruto €	
	(S/N)	(A/B/C)	Remuneração Base	Despesas Representação
João Velez Carvalho	Sim	Empresa do Grupo B	4.864,34	1.945,74
António José Lopes	Sim	Empresa do Grupo B	3.891,47	1.556,59
Rui Miguel Faria de Sá Pinto	Sim	Empresa do Grupo B	972,87	0
Joana Fernanda Ferreira de Lima	Sim	Empresa do Grupo B	972,87	0
Gonçalo Nuno de Sousa Mayan Gonçalves	Sim	Empresa do Grupo B	972,87	0
António Domingos da Silva Tiago	sim	Empresa do Grupo B	972,87	0

Nota: EGP – Estatuto do Gestor Público

Membro do CA (Nome)	Remuneração Anual (€)					
	Variável	Fixa **	Bruto (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Reversão Remuneratória (3)	Valor Final (4) = (1)-(2)+(3)
João Velez Carvalho	0	81.720,96	97.746,64	13.260,20	1.737,56	86.223,99
António José Lopes	0	65.376,72	78.694,66	10.551,95	1.378,80	69.521,51
Rui Miguel Faria de Sá Pinto	n.a	0	0	0,00	0,00	0,00
Joana Fernanda Ferreira de Lima	0	11.674,44	14.145,92	636,75	0,00	13.509,17
Gonçalo Nuno de Sousa Mayan Gonçalves	0	11.674,44	13.620,18	680,97	0,00	12.939,21
António Domingos Silva Tiago	n.a	0	0	0,00	0,00	0,00
Marco André dos Santos Martins Lopes	n.a	0	0	0,00	0,00	0,00

Nota:

Redução de anos anteriores: refere as remunerações regularizadas no ano em referência pertencentes a anos anteriores

* Indicar os motivos subjacentes a este procedimento

** Incluir a remuneração + despesas de representação (sem reduções)

Membro do CA (Nome)	Benefícios Sociais (€)							
	Subsídio Refeição		Regime de Proteção Social		Seguro de saúde	Seguro de Vida	Outros	
	Valor/Dia	Montante Pago Ano	Identificar	Valor			Identificar	Valor
João Velez Carvalho	6,41	1.551,22	Seg. Social	14.225,64	0	0	Seguro A.T.	402,24
António José Lopes	6,41	1.544,81	Seg. Social	16.633,87	394,99	0	Seguro A.T.	383,96
Rui Miguel Faria de Sá Pinto	n.a	0	n.a	0	0	0	n.a	0,00
Joana Fernanda Ferreira de Lima	n.a	0	Seg. Social	3.208,34	0	0	Seguro A.T.	64,91
Gonçalo Nuno de Sousa Mayan Gonçalves	n.a	0	Seg. Social	3.073,03	0	0	Seguro A.T.	61,72
António Domingos Silva Tiago	n.a	0	n.a	0	0	0	n.a	0,00
Marco André dos Santos Martins Lopes	n.a	0	n.a	0	0	0	n.a	0,00

Membro do CA (Nome)	Gastos com Comunicações Móveis (€)		
	Plafond Mensal Definido	Valor Anual	Observações
João Velez Carvalho	80,00	426,86	
António José Lopes	80,00	416,41	
Rui Miguel Faria de Sá Pinto	0	0	
Joana Fernanda Ferreira de Lima	0	0	
Gonçalo Nuno de Sousa Mayan Gonçalves	0	0	
António Domingos Silva Tiago	0	0	
Marco André dos Santos Martins Lopes	0	0	

Membro do CA (Nome)	Encargos com Viaturas								
	Viatura atribuída	Celebração de contrato	Valor de referência da viatura	Modalidade ⁽¹⁾	Ano Início	Ano Termo	Valor da Renda Mensal	Gasto Anual com Rendas	N.º Prestações Contratuais Remanescentes
	(S/N)	(S/N)	(€)	(Identificar)					
João Velez Carvalho	Sim	Sim	69.967	Aquisição	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
António José Lopes	Sim	Sim	61.500	Aquisição	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Rui Miguel Faria de Sá Pinto	Não								
Joana Fernanda Ferreira de Lima	Não								
Gonçalo Nuno de Sousa Mayan Gonçalves	Não								
António Domingos Silva Tiago	Não								
Marco André dos Santos Martins Lopes	Não								

Legenda:

(1) aquisição; ALD: Leasing ou outra

Membro do CA (Nome)	Plafond Mensal para Combustível e Portagens	Gastos anuais associados a Viaturas (€)				
		Combustível	Portagens	Outras Reparações	Seguro	Observações
João Velez Carvalho	486,44	1.628,49	646,35	1.712,82	759,00	
António José Lopes	389,15	3.279,00	822,64	3.136,35	601,89	
Rui Miguel Faria de Sá Pinto	0	0	0	0	0	
Joana Fernanda Ferreira de Lima	0	0	0	0	0	
Gonçalo Nuno de Sousa Mayan Gonçalves	0	0	0	0	0	
António Domingos Silva Tiago	0	0	0	0	0	
Marco André dos Santos Martins Lopes	0	0	0	0	0	

Membro do CA	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço (€)					
	Deslocações em Serviço	Custo com Alojamento	Ajudas de Custo	Outras		Gasto total com viagens (Σ)
				Identificar	Valor	
João Velez Carvalho	0	0	0	Refeições	340,08	340,08
António José Lopes	0	0	0	Refeições	265,51	265,51
Rui Miguel Faria de Sá Pinto	0	0	0	0	0	0
Joana Fernanda Ferreira de Lima	0	0	0	0	0	0
Gonçalo Nuno de Sousa Mayan Gonçalves	0	0	0	0	0	0
António Domingos Silva Tiago	0	0	0	0	0	0
Marco André dos Santos Martins Lopes	0	0	0	0	0	0

Fiscalização

Conselho Fiscal

Mandato	Cargo	Nome	Designação		Estatuto Remuneratório Fixado Mensal (€)
			Forma ⁽¹⁾	Data	
2012-2014 (*)	Presidente	Maria Fernanda Joanaz Silva Martins	Despacho	13-jul-12	1.362,01
	Vogal Efectivo	Nuno Ricardo Pereira Estima Oliveira	Despacho	13-jul-12	969,5
	Vogal Efectivo (ROC)	Sociedade "António Magalhães & Carlos Santos - SROC"	Despacho	13-jul-12	0
	Vogal suplente (ROC)	José Rodrigues de Jesus	Despacho	13-jul-12	0

(*) Mandato prorrogado, não tendo ainda sido eleito Conselho Fiscal

Nome	Remuneração Anual 2015 (€)			
	Bruta	Reduções Remuneratórias	Reversão Remuneratória	Valor Final
	(1)	(2)	(3)	(4) = (1) - (2) + (3)
Maria Fernanda Joanaz Silva Martins	19.068,14	1.906,81	381,36	17.542,69
Nuno Ricardo Pereira Estima Oliveira	13.573,00	0	0	13.573,00

Em Fevereiro de 2015, a MP procedeu ao pagamento de retroativos de vencimento desde 12 de outubro de 2013 até 31 de dezembro de 2014. Tais montantes não estão refletidos no quadro anterior.

Revisor Oficial de Contas

Mandato	Cargo	Identificação SROC/ROC			Designação			N.º Mandatos exercidos na sociedade
		Nome	Número de Inscrição na OROC	Número de Inscrição na CMVM	Forma (1)	Data	Contratada	
2012-2014	Vogal Efetivo	Sociedade "António Magalhães & Carlos Santos - SROC", representada pelo Dr. António Monteiro de Magalhães	SROC nº 53	1975	Despacho	13-jul-12	Prestação Serviços	1
	Vogal Suplente	José Rodrigues de Jesus	ROC nº 179					
			201		Despacho	13-jul-12	n.a.	n.a.

Nota: Deve ser identificado o efetivo (SROC e ROC) e suplente (SROC e ROC)

Legenda: (1) Indicar AG/DUE/Despacho (D)

(*) Mandato prorrogado, não tendo ainda sido eleito novo ROC.

Nome	Remuneração Anual 2015 (€)			
	Bruta (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Reversão Remuneratória (3)	Valor Final (4) = (1)-(2)+(3)
Sociedade "António Magalhães & Carlos Santos - SROC", representada pelo Dr. António Monteiro de Magalhães	18.387,24	1.838,72	367,74	16.916,26
José Rodrigues de Jesus	0	0		0

Auditor Externo

Identificação do Auditor Externo (SROC/ROC)			Contratação		Remuneração Anual 2015 (€)			
Nome	N.º inscrição na OROC	N.º registo na CMVM	Data	Período	Valor da Prestação de Serviços (1)	Redução Remuneratória (2)	Reversão Remuneratória (3)	Valor Final (4) = (1)-(2)+(3)
KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.	189	9093	03-11-2015	Exercício de 2015	14.000	0	0	14.000
					14.000	0	0	14.000

É apurado e divulgado anualmente no Relatório de Sustentabilidade da Empresa, disponível no site da Metro do Porto, a proporção salarial entre géneros e entre quadros técnicos e não técnicos.

Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado

A Metro do Porto solicitou, em 25 de maio de 2015, a renovação para o ano de 2015 do regime de exceção ao princípio da Unidade de Tesouraria concedida através do Despacho N.º 2426/13-SET de 19 de dezembro de 2013.

A 30 de julho de 2015 a Empresa foi notificada de tal renovação através do Despacho Nº. 1130/15-SET, de 24 de julho de 2015, que autoriza a exceção ao princípio da Unidade de Tesouraria, atendendo a que os serviços do IGCP não asseguram a prestação de garantias bancárias ou qualquer outra operação de financiamento de curto ou médio prazo, nem a recolha de fundos ou a celebração de qualquer tipo de contrato de locação. Refere ainda o despacho que no que respeita aos restantes serviços bancários, a Empresa deverá recorrer aos do IGCP, o que já se verificava à data de tal despacho, exceto quanto ao uso de cheques, os quais são utilizados excecionalmente para reposição do fundo de maneiio da Empresa. Portanto, é cumprido o princípio da Unidade de Tesouraria do Estado.

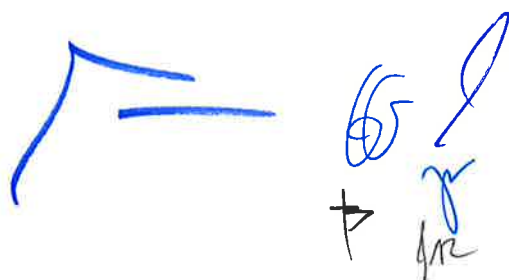
Fatores chave de que dependem os resultados da Empresa

Em geral e em termos prospetivos, e além dos já citados, podem considerar-se como principais fatores chave para os resultados da Empresa:

- A preocupação constante com a satisfação dos clientes, através da prestação de um serviço de qualidade e respetivo controlo;
- A boa gestão e controlo dos recursos da Empresa e dos processos internos e externalizados;
- Uma política de investimento congruente com os objetivos estratégicos.

Contrato de serviço público

Esse contrato define as obrigações de prestação de serviço pela Metro do Porto, as penalidades em caso de incumprimento dessas obrigações e estipula a inexistência de compensações financeiras pelo seu cumprimento. Não são regulados no seu âmbito as responsabilidades relativas à Dívida Histórica da MP, as responsabilidades relativas ao investimento na construção de infraestruturas civis e sistemas técnicos, as responsabilidades relativas às componentes da Grande Manutenção referentes às infraestruturas civis e aos sistemas técnicos, nem finalmente o serviço de transporte prestado pela Empresa relativo ao Funicular de Guindais. Para mais detalhe sobre o mesmo consultar o ponto F do Relatório.



III. Estrutura de capital

1. Divulgação da estrutura de capital (consoante aplicável: capital estatutário ou capital social, número de ações, distribuição do capital pelos acionistas, etc.), incluindo indicação das diferentes categorias de ações, direitos e deveres inerentes às mesmas e percentagem de capital que cada categoria representa (vide alínea a) do n.º 1 do artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro).

2. Identificação de eventuais limitações à titularidade e/ou transmissibilidade das ações.

3. Informação sobre a existência de acordos parassociais que sejam do conhecimento da entidade e possam conduzir a eventuais restrições.

O capital social é representado por 1.500.000 ações de valor nominal de 5 euros (todas da mesma categoria, não existindo direitos preferenciais), distribuído da seguinte forma:

Acionista	Ações	% Acionista
Estado	600.000	40,0%
Área Metropolitana do Porto ¹	600.000	40,0%
STCP	250.000	16,7%
CP	50.000	3,3%

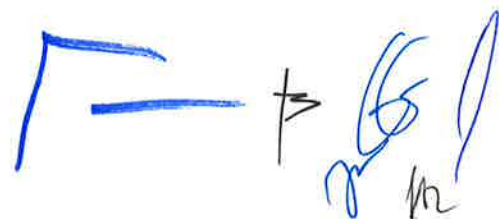
¹ Incluindo Municípios de Gondomar, Maia, Matosinhos, Porto, Póvoa de Varzim, Vila do Conde, Vila Nova de Gaia, com uma participação no capital social de 1 ação.

Não se registou qualquer modificação no capital ou na estrutura acionista no exercício de 2015.

As ações são obrigatoriamente escriturais e nominativas. A transmissão de participações sociais está dependente de despacho conjunto dos membros do governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Tutela setorial. Contudo é livre entre cada um dos dois grupos de acionistas, estado e Área Metropolitana do Porto.

O acordo parassocial prevê este mesmo regime limitativo da transmissão de ações.

Além disso, o acordo parassocial, relativamente à possibilidade de a Área Metropolitana do Porto poder distribuir ações do seu lote pelos municípios, prevê uma restrição adicional, sendo que, nos termos do n.º 3 do art.º 2.º daquele acordo, a transmissão de ações só será eficaz perante os restantes sócios se o município transmissário tiver subscrito a declaração prevista no art.º 11 do acordo parassocial ou se este vier a declarar, nos mesmos termos aí indicados, que adere ao acordo.



IV. Participações Sociais e Obrigações detidas

1. Identificação das pessoas singulares (órgãos sociais) e/ou coletivas (entidade) que, direta ou indiretamente, são titulares de participações noutras entidades, com indicação detalhada da percentagem de capital e de votos imputáveis, bem como da fonte e da causa de imputação nos termos do que para o efeito estabelece o Código das Sociedades Comerciais (CSC) nos seus artigos 447.º e 448.º (vide alíneas a) e b) do n.º1 do artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro).

2. Explicação da aquisição e alienação de participações sociais, bem como da participação em quaisquer entidades de natureza associativa ou fundacional (vide alínea c) do n.º1 do artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro).

3. Indicação do número de ações e obrigações detidas por membros dos órgãos de administração e de fiscalização, nos termos do n.º 5 do artigo 447.º do CSC.

4. Informação sobre a existência de relações de natureza comercial entre os titulares de participações e a entidade.

As participações detidas pela Metro do Porto, S.A. resultam da atividade da empresa, nomeadamente para a implementação de uma operação de financiamento da aquisição da frota de material circulante (Nortrem e MP Consultoria), atividade de exploração publicitária do sistema (Transpublicidade) e gestão do sistema de bilhética (TIP).

No ano de 2015 não existiram nem aquisições, nem alienações de participações sociais. No final de 2015 a sociedade possui as seguintes participações:

Sociedade	% capital
TIP - Transportes Intermodais do Porto, A.C.E.	33,33%
Metro do Porto Consultoria, Unipessoal, Lda.	100,00%
Nortrem, ACE	0,009%
Transpublicidade, S.A.	40,00%

O Nortrem, ACE e a Metro do Porto Consultoria Unipessoal, Lda. são duas entidades instrumentais criadas no âmbito da operação de locação operacional sobre os veículos Eurotram, sendo a missão da Nortrem a aquisição e locação de equipamento ferroviário. O objeto da Metro do Porto Consultoria Unipessoal, Lda. é o desenvolvimento e participação de projetos económicos relacionados com transportes urbanos (no caso concreto, a referida operação de locação).

A Transpublicidade, S.A. é uma sociedade veículo, para exploração de publicidade em veículos e instalações, da MP e da STCP, em parceria com a MOP - Multimédia Outdoors Portugal, S.A., agência de meios de âmbito nacional, especializada no comércio de redes de mupis e outdoors, especialmente em sistemas de transportes de passageiros, visando maximizar os resultados a obter desta fonte de receita.

O TIP - Transportes Intermodais ACE implantou e gere o sistema de bilhética comum dos operadores aderentes e define a estrutura de tarifário intermodal comum para os meios de transporte público de passageiros em que se insere o Metro do Porto.

A Metro do Porto participa nas seguintes associações e fundações: UITP - International Association of Public Transport, Alamys - Asociación Latinoamericana de Metros y Subterráneos, AdEPorto - Agência de Energia do Porto, Energaia - Agência de Energia do Sul da Área Metropolitana do Porto, Casa da Música, Fundação de Serralves, Porto Digital e Inegi - Instituto de Ciência e Inovação em Engenharia Mecânica e Engenharia Industrial. A participação da Empresa nessas associações e fundações ocorre sobre a forma de Membro Fundador, Membro dos Órgãos Sociais, Membro participante ou Associada, conforme melhor detalhado no Relatório de Sustentabilidade.

Não existem relações comerciais entre os titulares de participações e a sociedade.

Não existem pessoas singulares titulares de participações qualificadas nas entidades constantes da tabela acima.

Os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da Metro do Porto não detêm ações ou obrigações da Empresa nem das suas participadas.

Todas as ações e quotas das entidades constantes da tabela acima são ordinárias integrando uma categoria única que não confere quaisquer direitos especiais aos seus titulares, pelo que o número de votos corresponde ao número de ações.



V.Órgãos Sociais e Comissões

A entidade deve apresentar um modelo de governo societário que assegure a efetiva separação entre as funções de administração executiva e as funções de fiscalização (vide n.º 1 do artigo 30.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro). Desta forma, deve ser explicitada a composição dos órgãos.

Nos termos do n.º 1 alínea b) do artigo 14.º dos Estatutos da Metro do Porto S.A. compete à Assembleia Geral eleger os órgãos sociais e seus titulares. Assim, o ponto 8 da ordem de trabalhos da Assembleia Geral de 26 de Maio de 2015 previa “deliberar sobre a eleição dos Membros dos Órgãos Sociais para o triénio 2015-2017”; no entanto, o representante do acionista Estado propôs “a não deliberação deste ponto da ordem de trabalhos por não se encontrarem reunidas as condições para o efeito”, nessa sequência e uma vez que, não havia sido apresentada à mesa qualquer lista para preenchimento dos cargos dos Órgãos Sociais para o triénio 2015-2017, o Senhor Presidente da Mesa referiu que “ficava a deliberação sobre este ponto prejudicada”.

Na reunião da Assembleia Geral de 25 de janeiro de 2016 foram eleitos os órgãos sociais para o mandato do triénio 2016 a 2018, com a manutenção do modelo de governo da sociedade. Não se procedeu, nessa Assembleia Geral, à eleição dos elementos do Conselho Fiscal, pelo que os seus membros se mantêm em funções.

A.Assembleia Geral

1.Composição da mesa da assembleia geral, ao longo do ano em referência, com identificação dos cargos e membros da mesa da assembleia geral e respetivo mandato (data de início e fim), assim como a remuneração relativa ao ano em referência. Caso tenha ocorrido alteração de mandato durante o ano em reporte, a entidade deverá indicar os mandatos respetivos (o que saiu e o que entrou).

2.Identificação das deliberações acionistas que, por imposição estatutária, só podem ser tomadas com maioria qualificada, para além das legalmente previstas, e indicação dessas maiorias.

A composição da Mesa da Assembleia Geral foi aprovada em reunião deste órgão de Julho de 2012, não tendo ocorrido qualquer alteração durante o ano de reporte. A remuneração fixada anual reportada na tabela infra corresponde ao valor da senha de presença atribuída aquando da realização de cada Assembleia Geral.

Mandato	Cargo	Nome	Valor da Senha Fixado (€)	Remuneração Anual 2015 (€)			
				Bruto (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Reversão Remuneratória (3)	Valor após reduções (4)=(1)-(2)+(3)
2012-2014(*)	Presidente da Mesa da Assembleia geral	Valentim dos Santos de Loureiro	575	575	0	0	575
	Vice-Presidente	Alberto João Coraceiro de Castro	470	470	0	0	470
	Secretário	Luís Artur Miranda Guedes Bianchi de Aguiar	375	375	0	0	375

(*) Mandato prorrogado até janeiro de 2016

De acordo com o previsto no n.º 2 do artigo 13º dos estatutos, a Assembleia Geral só pode funcionar, quer em primeira quer em segunda convocação, se estiver presente o acionista Estado. O n.º 2 do artigo 14.º dos

estatutos impõe ainda que “as deliberações que importem alterações aos estatutos só podem ser aprovadas com o voto concordante do acionista Estado.”

B.Administração e Supervisão

1. Identificação do modelo de governo adotado.

2. Indicação das regras estatutárias sobre procedimentos aplicáveis à nomeação e substituição dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho de Administração Executivo e do Conselho Geral e de Supervisão.

3. Caracterização da composição, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho de Administração Executivo e do Conselho Geral e de Supervisão, com indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração estatutária do mandato, número de membros efetivos, data da primeira designação e data do termo de mandato de cada membro. Caso tenha ocorrido alteração de mandato durante o ano em reporte, a entidade deverá indicar os mandatos respetivos (o que saiu e o que entrou).

4. Distinção dos membros executivos e não executivos do Conselho de Administração¹ e, relativamente aos membros não executivos, identificação dos membros que podem ser considerados independentes², ou, se aplicável, identificação dos membros independentes do Conselho Geral e de Supervisão (vide artigo 32.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro).

5. Apresentação de elementos curriculares relevantes de cada um dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo. Deverão especificamente ser indicadas as atividades profissionais exercidas, pelo menos, nos últimos 5 anos (vide alínea j) do n.º 1 do artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro).

6. Apresentação de declaração³ de cada um dos membros do órgão de administração ao órgão de administração e ao órgão de fiscalização, bem como à Inspeção-Geral de Finanças (IGF), de quaisquer participações patrimoniais que detenham na entidade, assim como quaisquer relações que mantenham com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesse (vide artigo 52.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro).

7. Identificação de relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas, dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo com acionistas.

8. Apresentação de organogramas ou mapas funcionais relativos à repartição de competências entre os vários órgãos sociais, comissões e/ou departamentos da entidade, incluindo informação sobre delegações de competências, em particular no que se refere à delegação da administração quotidiana da entidade.

9. Caracterização do funcionamento do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo⁴, indicando designadamente:

a) Número de reuniões realizadas e grau de assiduidade de cada membro às reuniões realizadas⁵;

b) Cargos exercidos em simultâneo em outras entidades, dentro e fora do grupo, e outras atividades relevantes exercidas pelos membros daqueles órgãos no decurso do exercício, apresentados segundo o formato determinado;

c) Órgãos da entidade competentes para realizar a avaliação de desempenho dos administradores executivos e critérios pré-determinados para a avaliação de desempenho dos mesmos;

¹ Conforme decorre da aplicação do n.º 1 do artigo 278.º e n.ºs 1 e 2 do artigo 407.º do CSC.

² A independência dos membros do Conselho Geral e de Supervisão e dos membros da Comissão de Auditoria afere-se nos termos da legislação vigente. Quanto aos demais membros do Conselho de Administração, considera-se independente quem não esteja associado a qualquer grupo de interesses específicos na entidade nem se encontre em alguma circunstância suscetível de afetar a sua isenção de análise ou de decisão.

³ Tem-se por desejável ser adequadamente evidenciada a receção das declarações por parte dos destinatários.

⁴ Deve ser ajustado ao modelo de governo adotado.

⁵ A informação poderá ser apresentada sob a forma de um quadro.



d)Comissões⁶ existentes no órgão de administração ou supervisão, se aplicável. Identificação das comissões, composição de cada uma delas assim como as suas competências e síntese das atividades desenvolvidas no exercício dessas competências.

Com a alteração da estrutura acionista ocorrida a 25 de Março de 2008, a Metro do Porto, S.A. passou a integrar o conceito de empresa pública. O Decreto-Lei n.º 133/2013 de 3 de outubro, contém um conjunto de princípios com o objetivo de fomentar a adoção de modelos de governo que atinjam elevados níveis de desempenho, incluindo a adoção de estratégias concertadas de sustentabilidade nos domínios económico, social e ambiental. São também consagrados princípios no que diz respeito à prestação de informação pelas empresas públicas aos cidadãos e contribuintes.

A Metro do Porto é dotada de Conselho de Administração que, nos termos dos seus estatutos – aprovados através do DL n.º 394-A/98, de 15 de dezembro, com as alterações decorrentes do DL n.º 261/2001, de 26 de setembro e do DL n.º 192/2008, de 01 de outubro e da Assembleia Geral de 13 de julho de 2012 – no seu art.º 18.º, *“é composto pelo número de membros que for fixado pela Assembleia Geral até ao máximo de sete, incluindo o presidente”*. Portanto, os estatutos preveem um número máximo, mas não um número mínimo de elementos. Em complemento, não obstante os estatutos não preverem um número mínimo de membros para a composição do Conselho de Administração, o acordo parassocial, no seu art.º 4.º, vem dispor que *“o conselho de administração da Metro do Porto será composto por um mínimo de três membros efetivos”*.

As funções de administração cabem ao Conselho de Administração, que delega alguns poderes de gestão na Comissão Executiva, e as funções de fiscalização cabem ao Conselho Fiscal, do qual faz parte um representante da sociedade de revisores oficiais de contas da Empresa, sendo ainda as contas da Metro do Porto auditadas por entidade externa especializada.

Os estatutos, nos seus artigos 12º a 22º, preveem normas relativamente às nomeações dos membros dos órgãos sociais: a Mesa da Assembleia Geral é constituída pelo Presidente indicado pelo acionista Área Metropolitana do Porto, sendo o Vice-Presidente e o Secretário indicados pelo acionista Estado. O Conselho de Administração é composto por sete membros sendo o Presidente, que também o é da Comissão Executiva, e bem assim o máximo de três vogais (dois executivos e um não executivo) indicados pelo acionista Estado. A Área Metropolitana do Porto tem direito a indicar um máximo de três vogais não executivos. O Conselho Fiscal é composto por um Presidente indicado pelo acionista Estado que também indica um vogal suplente e por um vogal efetivo indicado pela Área Metropolitana do Porto. O outro vogal efetivo (ROC) é indicado por consenso de ambos.

De acordo com o nº 2 do artigo 12º dos estatutos, os mandatos dos órgãos sociais são de três anos, sendo permitida a sua renovação dentro dos limites previstos na lei. Refere o n.º 3 do referido artigo que os membros dos órgãos sociais permanecem no desempenho das suas funções até à eleição de quem deva substituí-los.

⁶ Que incluam ou tenham a participação de elementos do órgão de administração ou supervisão.

Em Assembleia Geral realizada a 13 de Julho de 2012, foram nomeados os órgãos sociais para o triénio 2012 a 2014, com a particularidade de o Presidente do Conselho de Administração e o vogal executivo do Conselho serem também nomeados, respetivamente, como Presidente e vogal não executivos do Conselho de Administração da Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A (STCP).

Registou-se a 12 de novembro de 2014 a substituição de um dos membros não executivos do Conselho de Administração, Senhor Eng.º Aires Henrique do Couto Pereira, que através de carta datada de 16 de outubro de 2014, renunciou ao cargo. O Conselho de Administração no uso das competências previstas no n.º 3 alínea b) do artigo 393.º do Código das Sociedades Comerciais, na reunião que teve lugar em 12 de novembro de 2014, deliberou preencher o lugar vago no Conselho de Administração, por cooptação, do Senhor Eng.º António Domingos da Silva Tiago. Esta cooptação foi ratificada na Assembleia Geral realizada a 26 de maio de 2015.

Registou-se a 30 de novembro de 2015 a substituição de um dos membros não executivos do Conselho de Administração, Senhora Dr.ª Joana Fernanda Ferreira de Lima, que através de carta datada de 26 de novembro de 2015, renunciou ao cargo. O Conselho de Administração no uso das competências previstas no n.º 3 alínea b) do artigo 393.º do Código das Sociedades Comerciais, na reunião que teve lugar em 30 de novembro de 2015, deliberou preencher o lugar vago no Conselho de Administração, por cooptação, do Senhor Dr. Marco André dos Santos Martins Lopes. Esta cooptação foi submetida a ratificação na primeira Assembleia Geral seguinte, já em 2016 (n.º 4 da mesma norma).

Os membros não executivos são independentes.

Mandato	Cargo	Nome	Designação		OPRLO	
			Forma (1)	Data	(Identificação Entidade)	Pagadora (O/D)
2012-2014 (*)	Presidente do Conselho de Administração e da Comissão Executiva	João Velez Carvalho	D	13-jul-12		
	Vogal Executivo	António José Lopes	D	13-jul-12		
	Vogal não Executivo	Rui Miguel Faria de Sá Pinto ¹	D	13-jul-12	IAPMEI, IP	Origem
	Vogal não Executivo	Joana Fernanda Ferreira de Lima ²	D	13-jul-12	Câmara Municipal da Trofa	Origem
	Vogal não Executivo	Gonçalo Nuno de Sousa Mayan Gonçalves	D	13-jul-12	BPI	Origem
	Vogal não Executivo	António Domingos da Silva Tiago	Cooptação	12-nov-14	Câmara Municipal da Maia	Origem
	Vogal não Executivo	Marco André dos Santos Martins Lopes	Cooptação	30-nov-15	Câmara Municipal de Gondomar	Origem

(1) indicar Resolução (R)/AG/DUE/Despacho (D)

Legenda: ¹ Em 03 de março de 2014, informou que, por Despacho n.º 3450-A/2014 foi nomeado para o cargo de Vogal do Conselho Diretivo do IAPMEI, ficando a acumular as 2 funções, motivo pelo qual deixou de auferir remunerações na MP.

² Em 26 de novembro de 2015 renunciou ao cargo, tendo sido substituída pelo Senhor Dr. Marco Martins em Reunião do Conselho de Administração de 30 de novembro 2015

Nota: OPRLO – Opção pela Remuneração de Origem; O/D: Origem/Destino

(*) Mandato prorrogado até janeiro de 2016

A informação curricular detalhada dos membros do Conselho de Administração consta do Relatório e Contas da sociedade, nomeadamente no seu ponto 6.2. Composição do Órgãos Sociais, apresentando-se de seguida informação resumida:

Presidente: Dr. João Velez Carvalho

Presidente Não Executivo do Conselho de Administração da STCP – Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, S.A..

Vogal do Conselho de Administração da TIP – Transportes Intermodais do Porto, ACE.

Licenciatura em Finanças, pelo Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras da Universidade Técnica de Lisboa (1970).

Mestre em Métodos Quantitativos de Gestão pela Escola de Gestão da Universidade do Porto (2008).

Doutorando em Gestão Industrial na Universidade de Aveiro (2008/2013).

Experiência Profissional (últimos cinco anos)

Desde 1975: Professor no Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Instituto Politécnico do Porto (área científica de Gestão Estratégica/Professor Adjunto do quadro). Diretor do Mestrado em Logística da Associação de Politécnicos do Norte (2009/2011).

Após 2006: Consultor de alta direção em diversas empresas (gestão estratégica); Direção de projetos de internacionalização.

Vogal Executivo: Dr. António José Lopes

Vogal do Conselho de Administração

Vogal Não Executivo do Conselho de Administração da STCP – Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, S.A.

Presidente do Conselho de Administração da Transpublicidade – Publicidade em Transportes, S.A.

Gerente da Metro do Porto Consultoria- Consultoria em Transportes Urbanos e Participações, Unipessoal, Lda.

Vogal do Conselho de Administração do TIP- Transportes Intermodais do Porto, ACE

Vogal do Conselho de Administração da Nortrem – Aluguer de Material Ferroviário, ACE.

Licenciatura em Economia pela Universidade do Porto, em 1982.

Pós-Graduação em Gestão para Executivos, pela Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais da Universidade Católica Portuguesa em 1998/1999.

Experiência Profissional (últimos cinco anos)

Desde 21 de dezembro de 2012: Vogal do Conselho de Administração da Associação Porto Digital.

Desde 28 de janeiro de 2013: Presidente do Conselho Fiscal da Associação de Empresários para o Desenvolvimento do Turismo Cultural no Porto e na Região (ATC – Porto Tours).

2010 - 2011: Diretor Geral- Tablestock, Serviços para Hotelaria e Restauração

1998 - 2010: Diretor Central de Compras e Aprovisionamentos e Sistemas de Informação - Vista Alegre Atlantis S.A.

Vogal não Executivo: Eng. Rui Miguel Faria de Sá Pinto

Licenciatura em Engenharia Mecânica, FEUP – Faculdade de Engenharia, Universidade do Porto (1999)

Mestre em Gestão e Administração de Empresas, Faculdade de Economia e Gestão, UCP - Universidade Católica Portuguesa (2008)

Doutorando em Marketing e Estratégia Faculdade de Economia e Gestão Universidade do Minho (desde 2009)

Experiência Profissional (últimos cinco anos)

Desde 2002: Assessor, Auditor e Consultor Independente em Gestão Empresarial, com intervenções nas áreas de: Gestão, Estratégia, Marketing, *Balanced Scorecard*, Controlo de Gestão, Sistema de Gestão de *Performance*, Reengenharia de Processos, Fusões e Reestruturação Empresarial, Gestão da Inovação.

2007 - 2010: Assessor da Administração Grupo CAVEX [CAVEX - Trade & Sourcing, S.A. | CavexConsult, Lda. | FCO, Lda. | RTF, Lda.]

Vogal não Executivo: Dr.^a Joana Fernanda Ferreira de Lima

Licenciatura em Relações Internacionais - Universidade Lusíada do Porto (1999 - 2003)

Experiência Profissional (últimos cinco anos)

Desde 2013: Vereadora da Câmara Municipal da Trofa

De 2009 a 2013: Presidente da Câmara Municipal da Trofa

Desde 2011: Membro do Conselho Geral Estratégico da Universidade Lusófona do Porto

De 2010 a 2013: Membro Suplente da Câmara das Regiões do Congresso do Conselho da Europa, Membro do Conselho Geral da Autoridade Metropolitana de Transportes do Porto

De 2009 a 2013: Vice-Presidente da Régie Cooperativa VARD2015, Presidente do Conselho de Administração da Trofa-Park, Empresa de Reabilitação Urbana, Desenvolvimento Económico, Inovação Empresarial e Gestão de Equipamentos, EEM e Presidente do Conselho Geral da Trofáguas - Serviços Ambientais, EEM

Vogal não Executivo: Dr. Marco André dos Santos Martins Lopes

Licenciatura em Gestão

Experiência Profissional (últimos cinco anos)

Desde 2013: Presidente da Câmara Municipal de Gondomar

2005 - 2013: Presidente da Junta de Freguesia de Rio Tinto

1999-2005: Técnico de administração tributária da Autoridade Tributária e Aduaneira

Vogal não Executivo: Dr. Gonçalo Nuno de Sousa Mayan Gonçalves

Diretor do Centro de Empresas do Banco BPI

Licenciado em Administração e Gestão de Empresas, na Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais da Universidade Católica Portuguesa (1992 - 1997)

Experiência Profissional (últimos cinco anos)

Vereador da Câmara Municipal do Porto

Administrador não Executivo da Porto Vivo

Membro do Conselho Geral da Autoridade Metropolitana de Transportes do Porto;

Membro da Assembleia Intermunicipal da "Lipor - Serviço Intermunicipalizado de Gestão de Resíduos do Grande Porto"

Águas do Porto, EM: Presidente do Conselho de Administração

GOP – Gestão de Obras Públicas, EM: Presidente do Conselho de Administração

Vogal não Executivo: Eng. António Domingos Silva Tiago

Vice-Presidente da Câmara Municipal da Maia (pelouros: Ambiente e Qualidade de Vida, Urbanismo / Loteamentos, Obras Particulares / Toponímia, Fundos Comunitários e Fundos de Investimento Imobiliário, Relacionamento com Empresas Públicas)

Licenciatura em Engenharia Civil pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto

Pós-graduação em Alta Direção pela AESE, Associação de Estudos Superiores de Empresa – Escola de Direção e Negócios

Experiência Profissional (últimos cinco anos)

Presidente do Conselho de Administração da Maiambiente, E.E.M.

Presidente do Conselho de Administração da Espaço Municipal, E.E.M.

Administrador da Lipor – Serviço Intermunicipalizado de Gestão de Resíduos do Grande Porto

Administrador do Tecmaia – Parque de Ciência e Tecnologia da Maia, S.A.

Membro do Conselho Geral da Autoridade Metropolitana de Transportes do Porto

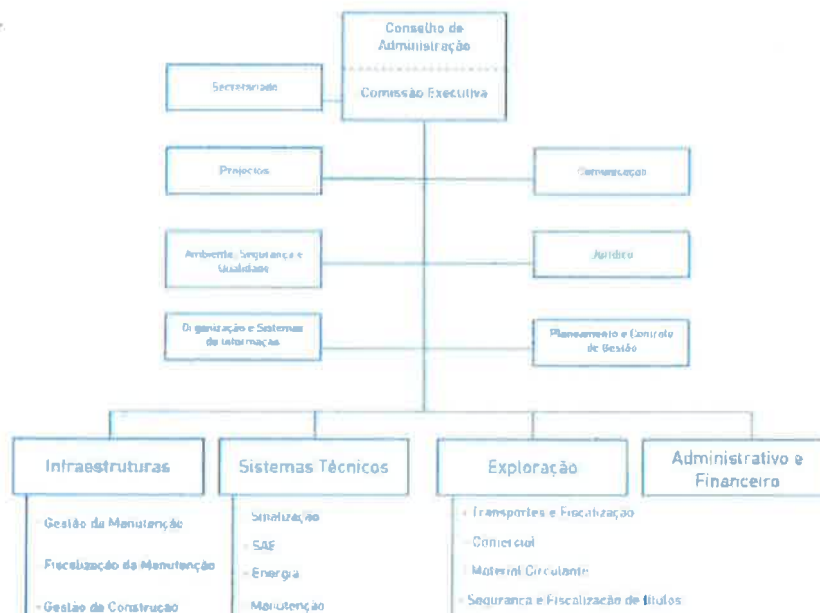
É apresentada em anexo a este relatório declaração assinada pelos membros do órgão de administração prevista no artigo 52º do Decreto-Lei n.º 133/2013.

Não existem relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas, dos membros do Conselho de Administração com acionistas.

Por deliberação do Conselho de Administração tomada na reunião de 20 de julho de 2012 foram delegadas na Comissão Executiva diversas competências para gestão corrente da sociedade e prática de quaisquer atos e contratos até ao valor de 500.000,00 euros, tendo o Conselho de Administração reservado para si algumas matérias.

Não ocorreu no exercício qualquer outra alteração de estrutura.

Metro do Porto, S.A.



Durante o exercício de 2015 realizaram-se 41 reuniões do Conselho de Administração da Metro do Porto, SA., com o seguinte registo de presenças:

Nome	Órgão Social	Reuniões	Presenças
João Velez Carvalho	Conselho de Administração	41	41
António José Lopes	Conselho de Administração	41	41
Rui Miguel Faria de Sá Pinto	Conselho de Administração	41	33
Gonçalo Nuno de Sousa Mayan Gonçalves	Conselho de Administração	41	33
António Domingos Silva Tiago	Conselho de Administração	41	35
Joana Fernanda Ferreira de Lima	Conselho de Administração	40	31
Marco André dos Santos Martins Lopes	Conselho de Administração	2	2

Realizaram-se no mesmo período 18 reuniões da Comissão Executiva da Metro do Porto, SA., nas quais participaram sempre os seus dois membros.

Os membros do Conselho de Administração desempenham, para além do cargo exercido na Metro do Porto, as seguintes funções:

Handwritten signatures and initials in blue ink.

Metro do Porto, S.A.

Membro do CA	Acumulação de Funções		
	Entidade	Função	Regime
(Nome)			[Público/Privado]
João Velez Carvalho	TIP – Transportes Intermodais do Porto, ACE	Vogal do Conselho de Administração	Público
	STCP – Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, S.A.	Presidente Não Executivo do Conselho de Administração	Público
António José Lopes	STCP - Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, S.A.	Vogal não Executivo do Conselho de Administração	Público
	Metro do Porto Consultoria – Consultoria em Transportes Urbanos e Participações, Unipessoal, Lda.	Gerente	Público
	Transpublicidade – Publicidade em Transportes, S.A.	Presidente do Conselho de Administração	Público
	TIP – Transportes Intermodais do Porto, ACE	Vogal do Conselho de Administração	Público
	Nortrem – Aluguer de Material Ferroviário, ACE	Vogal do Conselho de Administração	Público
	Porto Digital	Vogal do Conselho de Administração	Associação
	ATC - Porto Tours	Presidente do Conselho Fiscal	Associação
Rui Miguel Faria de Sá Pinto	IAPMEI, I.P.	Vogal do Conselho Diretivo	Público
Gonçalo Nuno de Sousa Mayan Gonçalves	Banco BPI	Diretor do Centro de Empresas	Privado
Joana Fernanda Ferreira de Lima	Câmara Municipal da Trofa	Vereadora	Público
António Domingos Silva Tiago	Câmara Municipal da Maia	Vice-presidente	Público
Marco André dos Santos Martins Lopes	Câmara Municipal de Gondomar	Presidente	Público

O órgão competente para realizar a avaliação de desempenho dos administradores executivos é a Assembleia Geral. Não existem critérios pré-determinados.

Para além da Comissão Executiva, não existem outras comissões no Conselho de Administração.

C.Fiscalização

1. Identificação do órgão de fiscalização correspondente ao modelo adotado e composição, consoante aplicável, do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras, ao longo do ano em referência, com indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração estatutária do mandato, número de membros efetivos e suplentes, data da primeira designação e data do termo de mandato de cada membro. Caso tenha ocorrido alteração de mandato durante o ano em reporte, a entidade deverá indicar os mandatos respetivos (o que saiu e o que entrou). Informação a apresentar segundo o formato determinado.

Metro do Porto, S.A.

2. Identificação, consoante aplicável, dos membros do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras que se considerem independentes, nos termos do n.º 5 do artigo 414.º, do CSC.

3. Apresentação de elementos curriculares relevantes de cada um dos membros do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras e outros. Deverão especificamente ser indicadas as atividades profissionais exercidas, pelo menos, nos últimos 5 anos.

4. Caracterização do funcionamento do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras, indicando designadamente, consoante aplicável:

a) Número de reuniões realizadas e respetivo grau de assiduidade por parte de cada membro, apresentados segundo o formato determinado.

b) Cargos exercidos em simultâneo em outras entidades, dentro e fora do grupo, e outras atividades relevantes exercidas pelos membros daqueles órgãos no decurso do exercício;

c) Procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos de contratação de serviços adicionais ao auditor externo;

d) Outras funções dos órgãos de fiscalização e, se aplicável, da Comissão para as Matérias Financeiras.

De acordo com o artigo 24º dos estatutos a fiscalização da Sociedade é atribuída ao Conselho Fiscal, no qual terá assento o Revisor Oficial de Contas da Empresa. A atual composição foi deliberada em Assembleia Geral realizada em 13 de julho de 2012. O Conselho Fiscal é composto por três elementos efetivos e um suplente. O Presidente é indicado pelo acionista Estado que também indica um vogal suplente. A Área Metropolitana do Porto indica um vogal efetivo. O outro vogal efetivo (ROC) é indicado por consenso de ambos.

Mandato	Cargo	Nome	Designação		Estatuto Remuneratório Fixado Mensal (€)
			Forma ^{III}	Data	
2012-2014 (*)	Presidente	Maria Fernanda Joanaz Silva Martins	Despacho	13-jul-12	1.362,01
	Vogal Efectivo	Nuno Ricardo Pereira Estima Oliveira	Despacho	13-jul-12	969,5
	Vogal Efectivo (ROC)	Sociedade "António Magalhães & Carlos Santos - SROC"	Despacho	13-jul-12	0
	Vogal suplente (ROC)	José Rodrigues de Jesus	Despacho	13-jul-12	0

(*) Mandato prorrogado, não tendo ainda sido eleito Conselho Fiscal

Relativamente a cargos e outras atividades exercidas pelos membros do Conselho Fiscal, remetemos para a informação curricular. Quanto a procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos de contratação de serviços adicionais ao auditor externo e outras funções dos órgãos de fiscalização, considera-se não aplicável.

Apresenta-se, de forma resumida, informação curricular dos membros do Conselho Fiscal.

Presidente: Dr.ª Maria Fernanda Joanaz Silva Martins

Licenciatura em Economia, pela Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa, 1983

Pós-graduação em Gestão e Controlo de Dinheiros Públicos, pela Universidade Autónoma de Lisboa, 2000

Curso conducente ao Mestrado em Gestão e Administração Pública, pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2006

Experiência Profissional

Na Administração Pública:

Direção-Geral do Tesouro e Finanças, Ministério das Finanças e da Administração Pública - Diretora da Direção de Serviços das Participações do Estado (desde novembro/2007).

Direção-Geral do Tesouro e Finanças, Ministério das Finanças e da Administração Pública - Assessora na área de acompanhamento das empresas do Setor Empresarial do Estado (2006-2007).

INETI - Instituto de Engenharia, Tecnologia e Inovação, Ministério da Inovação e Tecnologia - Diretora de Serviços, responsável pelas áreas financeira e de património (2003-2005).

INGA - Instituto Nacional de Garantia Agrícola - Ministério da Agricultura - Chefe de Serviço, responsável pela gestão financeira do Instituto (2001-2003).

Gabinete do Secretário de Estado do Tesouro e Finanças - Ministério das Finanças - Assessora (2000).

IGCP - Instituto de Gestão do Crédito Público - Ministério das Finanças - Técnico Superior do Gabinete de Estudos (1998-2000).

Direção-Geral da Junta do Crédito Público - Ministério das Finanças - Técnico Superior do Gabinete de Estudos (1996-1998).

Direção-Geral do Tesouro - Ministério das Finanças - Chefe de Divisão, responsável pelas Operações Ativas do Estado (1993-1996).

Direção-Geral do Tesouro - Ministério das Finanças - Técnico Superior, na área dos apoios financeiros dos Estado (1983-1993).

Outras:

Presidente do Conselho Fiscal da Metro do Porto, S.A. (mandatos 2007-2009 e 2012-2014, continuando a assegurar o cargo).

Presidente do Conselho Fiscal da NAV Portugal, E.P.E. (mandato 2015-2017)

Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Carris, S.A. (mandatos 2012-2014 e 2015-2017).

Presidente da Mesa da Assembleia-Geral da Docapesca - Portos e Lotas, S.A. (mandatos 2007-2009, 2012-2014 e 2015-2017).

Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Empordef, S.A. (mandatos 2007-2009 e 2011-2013, continuando a assegurar o cargo).

Vice-Presidente da Mesa da Assembleia-Geral da AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A. (mandatos 2008-2010, 2012-2014 e 2015-2017).

Vogal do Conselho Fiscal da Parque Expo, S.A. (mandato 2011-2013, continuando a assegurar o cargo).

Secretária da Mesa da Assembleia-Geral da EP - Estradas de Portugal, S.A. (mandatos 2007-2009, 2010-2012 e 2012-2014)

Vogal do Conselho Fiscal da CTT Correios de Portugal, S.A. (2012 e 2013).

Vogal Suplente do Conselho Fiscal da ANA - Aeroportos de Portugal, S.A. (2012 e 2013).

Vogal suplente do Conselho Fiscal da Caixa Geral de Depósitos, S.A. (mandato 2010-2012)

Vogal Suplente do Conselho Fiscal da Parque Expo, S.A. (mandato 2007-2009)

Membro do Conselho Consultivo da Portugal Vela 2007, S.A. (2006-2007)

Vogal: Dr. Nuno Ricardo Pereira Estima Oliveira

Master of Business Administration pela Porto Business School, 2013

Licenciatura em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto, 2000.

Experiência Profissional:

MICROSOFT – Diretor Administração Pública Local SMS&P (desde março 2014)

Câmara Municipal de Matosinhos – Vice-Presidente (2005-2013)

LIPOR – membro do Conselho de Administração (2005-2013)

MatosinhoSport, EEM – Presidente do Conselho de Administração (2009-2013)

Outras:

Metro do Porto, S.A. – vogal do conselho fiscal (mandato 2012/14)

Fundação Júlio Resende – membro do Conselho de Administração (desde janeiro 2015)

Cruz Vermelha Portuguesa, delegação de Matosinhos - Vice-Presidente (2005-2013)

ADEIMA – Associação para o Desenvolvimento Integrado de Matosinhos (2010-2013)

Vogal: Dr. António Monteiro de Magalhães

Licenciatura em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto, em 1969

Experiência Profissional:

Revisor Oficial de Contas, Membro do Conselho Fiscal ou Fiscal Único desde 1974. Actualmente Revisor, executor ou orientador em várias Sociedades Comerciais, Cooperativas, Agrícolas, Fundações, Instituições Financeiras e outras.

Sócio e Administrador da Sociedade “António Magalhães & Carlos Santos – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas” desde a sua constituição em 1989.

Membro do Conselho Fiscal das sociedades: Montepio Holding, SGPS, S.A., Montepio Investimento S.A. e Cin - Corporação Industrial do Norte, S.A.;

Presidente do Conselho Fiscal da Nexponor – Sociedade Especial de Investimento Imobiliário de Capital Fixo – SICAFI, S.A. e da Sonae Capital SGPS, SA;

Presidente do Conselho Superior da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas no mandato de 2015-2017.

Presidente do Conselho Superior da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas no mandato de 2012-2014.

Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas nos mandatos de 2006-2008 e 2009-2011.

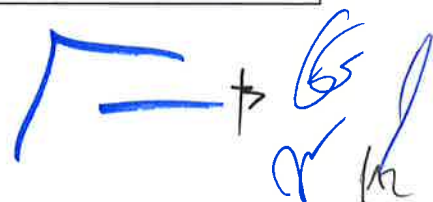
Presidente do Conselho Superior da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas nos mandatos de 2000-2002 e 2003-2005.

Vice-Presidente do Conselho Geral da Câmara dos Revisores Oficiais de Contas no mandato de 1998-2000.

Secretário do Conselho Geral da Câmara dos Revisores Oficiais de Contas no mandato de 1995-1997.

Membro do Conselho Geral da Câmara dos Revisores Oficiais de Contas no mandato de 1993-1995.

Membro efectivo da Comissão de Normalização Contabilística em representação da Associação Comercial do Porto, desde 1999 até 2009.



Durante o exercício de 2015 realizaram-se oito reuniões do Conselho Fiscal da Metro do Porto, SA., com o seguinte registo de presenças:

N.º reuniões	Local de realização	Intervenientes na reunião	Ausências dos membros do Conselho Fiscal
2	Sede da empresa	PCF – Dra. Fernanda Martins VCF – Dr. Nuno Oliveira VCF e ROC – Dr. António Magalhães PCA – Dr. Velez de Carvalho VCA – Dr. António Lopes	Não existiram ausências
2	Sede da empresa	PCF – Dra. Fernanda Martins VCF e ROC – Dr. António Magalhães PCA – Dr. Velez de Carvalho VCA – Dr. António Lopes	Dr. Nuno Oliveira
4	Sede da empresa	PCF – Dra. Fernanda Martins VCF – Dr. Nuno Oliveira VCF e ROC – Dr. António Magalhães	Não existiram ausências

D.Revisor Oficial de Contas (ROC)

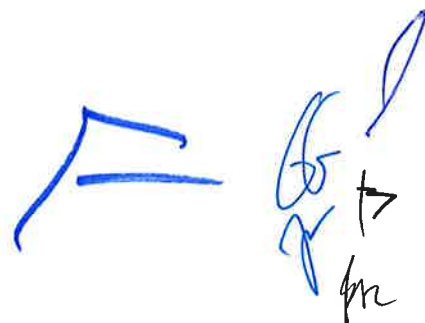
1. Identificação, membros efetivo e suplente, da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (SROC), do ROC e respetivos números de inscrição na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC) e na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), caso aplicável, e dos sócios ROC que a representam e indicação do número de anos em que o ROC exerce funções consecutivamente junto da entidade e/ou grupo. Caso tenha ocorrido alteração de mandato durante o ano em reporte, a entidade deverá indicar os mandatos respetivos (o que saiu e o que entrou).

2. Indicação das limitações, legais e outras, relativamente ao número de anos em que o ROC presta contas à entidade.

3. Indicação do número de anos em que a SROC e/ou o ROC exerce funções consecutivamente junto da entidade/grupo, bem como indicação do número de anos em que o ROC presta serviços nesta entidade, incluindo o ano a que se refere o presente relatório, bem assim como a remuneração relativa ao ano em referência, apresentados segundo os formatos determinados.

4. Descrição de outros serviços prestados pela SROC à entidade e/ou prestados pelo ROC que representa a SROC, caso aplicável.

As funções de Revisor Oficial de Contas da Metro do Porto são desempenhadas no atual mandato, desde 13 de julho de 2012 por António Magalhães & Carlos Santos – SROC, representada por Dr. António Monteiro de Magalhães, Revisor Oficial de Contas. A estrutura da sociedade assenta nos dois sócios António Monteiro de Magalhães (ROC n.º 179) e Carlos Alberto Freitas dos Santos (ROC n.º 177), com a qualificação profissional de Revisor Oficial de Contas, desde 1973. A sociedade está inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o nº53 e registada na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários com o nº1975.



Mandato	Cargo	Identificação SROC/ROC			Designação			N.º Mandatos exercidos na sociedade
		Nome	Número de Inscrição na OROC	Número de Inscrição na CMVM	Forma (1)	Data	Contratada	
2012-2014	Vogal Efetivo	Sociedade "António Magalhães & Carlos Santos - SROC", representada pelo Dr. António Monteiro de Magalhães	SROC n.º 53	1975	Despacho	13-jul-12	Prestação Serviços	1
	Vogal Suplente	José Rodrigues de Jesus	ROC n.º 179					
			201		Despacho	13-jul-12	n.a.	n.a.

Nota: Deve ser identificado o efetivo (SROC e ROC) e suplente (SROC e ROC)

Legenda: (1) Indicar AG/DUE/Despacho (D)

[*] Mandato prorrogado, não tendo ainda sido eleito novo ROC.

O período máximo durante o qual o sócio responsável pela orientação ou execução direta da revisão legal das contas de entidades de interesse público poderá exercer funções é de 7 anos, conforme previsto no n.º 2 do artigo 54.º do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, aprovado pela Lei n.º 140/2015, de 7 de setembro.

A Sociedade de Revisores Oficiais de Contas António Magalhães & Carlos Santos presta serviços de ROC na Metro do Porto desde o exercício económico de 2000. Até ao ano de 2011 a SROC foi representada pelo sócio Carlos Alberto Freitas dos Santos (ROC n.º 177), passando a ser representada pelo sócio António Monteiro de Magalhães (ROC n.º 179), desde então.

Nome	Remuneração Anual 2015 (€)			
	Bruta (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Reversão Remuneratória (3)	Valor Final (4) = (1)-(2)+(3)
Sociedade "António Magalhães & Carlos Santos - SROC", representada pelo Dr. António Monteiro de Magalhães	18.387,24	1.838,72	367,74	16.916,26
José Rodrigues de Jesus	0	0		0

Não ocorreu a prestação de qualquer serviço adicional desta sociedade à Metro do Porto, S.A..

E.Auditor Externo

1. Identificação do auditor externo designado e do sócio ROC que o representa no cumprimento dessas funções, bem como o respetivo número de registo na CMVM, assim como a indicação do número de anos em que o auditor externo e o respetivo sócio ROC que o representa no cumprimento dessas funções exercem funções consecutivamente junto da entidade e/ou do grupo, bem assim como a remuneração relativa ao ano em referência, apresentados segundo o formato seguinte:

Metro do Porto, S.A.

2. *Explicitação⁷ da política e periodicidade da rotação do auditor externo e do respetivo sócio ROC que o representa no cumprimento dessas funções, bem como indicação do órgão responsável pela avaliação do auditor externo e periodicidade com que essa avaliação é feita.*

3. *Identificação de trabalhos, distintos dos de auditoria, realizados pelo auditor externo para a entidade e/ou para entidades que com ela se encontrem em relação de domínio, bem como indicação dos procedimentos internos para efeitos de aprovação da contratação de tais serviços e indicação das razões para a sua contratação.*

4. *Indicação do montante da remuneração anual paga pela entidade e/ou por pessoas coletivas em relação de domínio ou de grupo ao auditor e a outras pessoas singulares ou coletivas pertencentes à mesma rede⁸ e discriminação da percentagem respeitante aos seguintes serviços, apresentada segundo o formato determinado.*

No ano de 2015 e após consulta a 4 entidades, a função de Auditoria Externa da Metro do Porto é assegurada pela KPMG & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. representada por Adelaide Maria Viegas Clare Neves (ROC n.º 862). A sociedade está inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 189 e registada na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários com o n.º 9093.

Assim o auditor externo no exercício de 2015 e a respetiva sócia ROC que o representa no cumprimento dessas funções exercem funções consecutivamente pelo primeiro ano junto da sociedade.

Identificação do Auditor Externo (SROC/ROC)			Contratação		Remuneração Anual 2015 (€)			
Nome	N.º inscrição na OROC	N.º registo na CMVM	Data	Período	Valor da Prestação de Serviços (1)	Redução Remuneratória (2)	Reversão Remuneratória (3)	Valor Final (4) = (1) - (2) + (3)
KPMG & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.	189	9093	03-11-2015	Exercício de 2015	14,000	0	0	14,000
					14,000	0	0	14,000

A Metro do Porto possui um procedimento de avaliação de fornecedores no âmbito do qual os seus departamentos e gabinetes procedem à avaliação do desempenho dos fornecedores relativos a contratos com montante superior a 20.000 euros. Atendendo a que a prestação de serviços de auditoria tem sido adjudicada por um preço inferior a 20.000 euros não tem sido efetuada avaliação ao auditor externo.

Não existe na empresa política definida quanto à rotação do auditor externo.

No ano de 2015 procedeu-se ao pagamento de 8.400,00 euros (montante sem IVA) à empresa que assegura a auditoria externa às contas do exercício de 2015 (KPMG).

Naquele ano (2015) procedeu-se ainda ao pagamento à Empresa Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A., dos montantes apresentados na tabela seguintes relativos à prestação de serviços de auditoria externa às contas do exercício de 2014:

⁷ Acompanhada de menção à legislação aplicável.

⁸ Para efeitos desta informação, o conceito de rede é o decorrente da alínea p) do artigo 2.º do Regime Jurídico da Supervisão de Auditoria, aprovado pelo artigo 2.º da Lei n.º 148/2015, de 9 de setembro.

Metro do Porto, S.A.

Remuneração paga ao Auditor Externo (inclui contas individuais e consolidadas)	E&Y (auditoria 2014)	KPMG (auditoria 2015)	TOTAL	
Valor dos serviços de revisão de contas	15.895	8.400	24.295	20%
Valor dos serviços de consultoria fiscal	0		0	0%
Valor de outros serviços que não revisão de contas	98.625		98.625	80%
Total pago pela empresa ao Auditor Externo	114.520	8.400	122.920	100%

Remuneração paga ao Auditor Externo (inclui contas individuais e consolidadas), pela TIP - Transportes Intermodais do Porto, ACE	E&Y (auditoria 2014)	E&Y (auditoria 2015)	TOTAL	
Valor dos serviços de revisão de contas	4.550	0	4.550	77%
Valor dos serviços de consultoria fiscal	1.350		1.350	23%
Valor de outros serviços que não revisão de contas			0	0%
Total pago pela empresa ao Auditor Externo	5.900	0	5.900	100%

Nota: Montantes sem IVA

Para além dos trabalhos de auditoria, no ano de 2015 não se efetuou qualquer outra contratação ao auditor externo às contas do exercício de 2015 (KPMG), pela sociedade e/ou por sociedades que com ela se encontrem em relação de domínio.

VI. Organização Interna

A. Estatutos e Comunicações

- 1. Indicação das regras aplicáveis à alteração dos estatutos da entidade.*
- 2. Caracterização dos meios e política de comunicação de irregularidades ocorridas na entidade.*
- 3. Indicação das políticas antifraude adotadas e identificação de ferramentas existentes com vista à mitigação e prevenção de fraude organizacional.*

Os Estatutos da Metro do Porto, S.A. foram publicados em anexo ao Decreto-Lei n.º 394-A/98, de 15 de dezembro, e sofreram alterações com a publicação do Decreto-Lei n.º 261/2001, de 26 de setembro, do Decreto-Lei n.º 192/2008, de 01 de outubro, e em Assembleia Geral de 13 de julho de 2012.

Conforme resulta da alínea d) do n.º 1 do art.º 14.º dos Estatutos da Metro do Porto, S.A., é competência da Assembleia Geral deliberar sobre alterações aos mesmos, sendo que essa deliberação só pode ser aprovada com o voto concordante do acionista Estado.

As eventuais irregularidades devem ser comunicadas ao superior hierárquico que as reporta à respetiva chefia e, quando necessário, ao Conselho de Administração para serem tomadas todas as providências no sentido da sua correção, prevenção ou reporte às entidades competentes.

Foi aprovado pelo Conselho de Administração a 13 de janeiro de 2010 o Plano de Prevenção de Riscos de Gestão da Metro do Porto, S.A. onde se identificam os riscos de corrupção e infrações conexas e respetivas medidas de prevenção e mecanismos de controlo interno e externo. Este Relatório está disponível no site da Empresa, no endereço <http://www.metrodoporto.pt/pages/328>.

B. Controlo interno e gestão de riscos⁹

- 1. Informação sobre a existência de um Sistema de Controlo Interno (SCI) compatível com a dimensão e complexidade da entidade, de modo a proteger os investimentos e os seus ativos (este deve abarcar todos os riscos relevantes para a entidade).*
- 2. Identificação de pessoas, órgãos ou comissões responsáveis pela auditoria interna e/ou pela implementação de sistema de gestão e controlo de risco que permita antecipar e minimizar os riscos inerentes à atividade desenvolvida.*
- 3. Em caso de existência de um plano estratégico e de política de risco da entidade, este deve incluir a definição de níveis de risco considerados aceitáveis e identificar as principais medidas adotadas.*
- 4. Explicitação, ainda que por inclusão de organograma, das relações de dependência hierárquica e/ou funcional face a outros órgãos ou comissões da entidade.*
- 5. Indicação da existência de outras áreas funcionais com competências no controlo de riscos.*
- 6. Identificação e descrição dos principais tipos de riscos (económicos, financeiros, operacionais e jurídicos) a que a entidade se expõe no exercício da atividade.*
- 7. Descrição do processo de identificação, avaliação, acompanhamento, controlo, gestão e mitigação de riscos.*

⁹ Querendo, a entidade poderá incluir síntese ou extrato(s) de Manual ou Código que satisfaça(m) o requerido. Tal formato de prestação da informação implica que o texto seja acompanhado das adequadas referências que permitam identificar as partes da síntese ou extrato(s) que satisfazem cada uma das alíneas.

8. Identificação dos principais elementos do SCl e de gestão de risco implementados na entidade relativamente ao processo de divulgação de informação financeira.

1. A Empresa dispõe de um sistema de controlo interno (SCI) compatível com a dimensão e complexidade da Empresa, de modo a proteger os investimentos e os seus ativos.

Anualmente é elaborado o Plano de Atividades e Orçamento, cuja execução é objeto de relatórios mensais de execução analisados pela Comissão Executiva e pelo Conselho de Administração bem como pelas inspeções setorial e financeira.

As funções de fiscalização, devidamente segregadas das funções de administração executiva, são asseguradas pelo Conselho Fiscal, que acompanha a atividade da Empresa e emite relatórios trimestrais de controlo e fiscalização.

Os administradores não executivos acompanham e avaliam continuamente a gestão da Empresa por parte dos demais gestores.

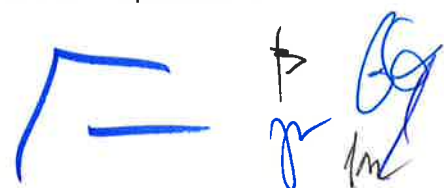
A função Administração é supervisionada pelas Tutelas, bem como pelo Conselho Fiscal e por um Revisor Oficial de Contas que, entre as suas muitas atribuições, pode assistir às reuniões do Conselho de Administração.

O controlo financeiro da Empresa está submetido à jurisdição e controlo do Tribunal de Contas e da Inspeção Geral de Finanças e beneficia igualmente do acompanhamento permanente da 4ª Delegação da Direção Geral do Orçamento.

A Empresa dispõe de uma Estratégia Empresarial Integrada, de um Sistema Integrado de Qualidade, Ambiente e Segurança e de processos, políticas e procedimentos definidos pelo Conselho de Administração, para garantir um desempenho eficiente e rentável da atividade, a disponibilidade de informação financeira e de gestão fiável e o mais completa possível e o respeito de todas as leis e regulamentos aplicáveis.

A Empresa dispõe, no âmbito do Sistema Integrado de Qualidade, Ambiente e Segurança, de um Manual de Procedimentos revisto quando considerado conveniente, aprovados por Diretivas da Comissão Executiva e disponível na intranet.

No ano de 2015 iniciou-se o segundo ciclo de Certificação Integrada da Metro do Porto, em Qualidade, Ambiente e Segurança, de acordo com os referenciais NP EN ISO 9001, NP EN ISO 14001 e OHSAS 18001. A Auditoria de acompanhamento realizou-se nos dias 28, 29 e 30 de outubro de 2015, pela SGS – ICS - Serviços Internacionais de Certificação, mantendo como âmbito a “*Conceção, Operação e Manutenção do Sistema de Metro Ligeiro da Área Metropolitana do Porto*”. Como resultado dessa auditoria foram emitidos três pedidos de ações corretivas, tendo sido todas encerradas no prazo estabelecido pela entidade certificadora. Foram ainda emitidas oito oportunidades de melhoria que a Metro do Porto começou de imediato a implementar.



Os estatutos da Empresa são alterados de acordo com o Código das Sociedades Comerciais e aprovados em Assembleia Geral.

O grosso da atividade de operação e manutenção é subconcessionado através de concurso público internacional, cujas peças procedimentais sempre especificam um detalhado e exaustivo sistema de reporte e fiscalização regular. Desde 1 de Janeiro de 2015, e em resultado de atrasos no processo concursal para seleção de um novo operador, situação melhor descrita no ponto 2 deste relatório, a operação tem sido assegurada com base em aditamentos ao contrato de subconcessão que vigorou até essa data.

2. A gestão de riscos está implementada na Empresa de uma forma transversal, coordenada no âmbito do Sistema Integrado de Qualidade, Ambiente e Segurança, não existindo um órgão específico de gestão e controlo do risco.

O controlo interno assenta nos procedimentos desenvolvidos no âmbito do Sistema Integrado de Qualidade, Ambiente e Segurança, publicados por Diretiva da Comissão Executiva; além de outros como os que foram escritos para estruturar a preparação das reuniões da Comissão Executiva e a sua sequência (incluindo aspetos ligados ao controlo orçamental e de adjudicações), ou que resultam de deliberações específicas da Comissão Executiva, por exemplo tendentes a assegurar a elaboração de contratos em adjudicações por ajuste direto, a sua notificação aos concorrentes e publicação bem como o registo do compromisso, ou o controlo da execução do Plano de Atividades.

Da macroestrutura organizacional da Metro do Porto, de 2 de junho de 2011, constam as funções atribuídas aos diversos departamentos entre as quais as referentes a atividades de controlo interno, que de forma integrada e com reporte ao Conselho de Administração e/ou Comissão Executiva compõem o sistema de controlo interno em vigor na Empresa.

De acordo com a referida diretiva:

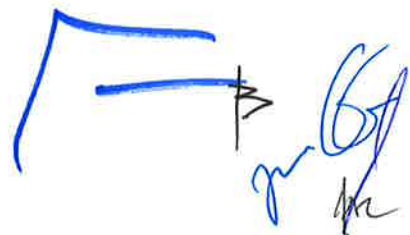
- *"O Gabinete de Ambiente, Segurança e Qualidade tem como objecto a definição e implementação das normas de qualidade, ambiente e segurança (safety), tanto nas actividades de projecto, construção e instalação da infraestrutura, de equipamentos e sistemas, como nas actividades de operação e manutenção do Sistema do Metro, neste último caso em devida salvaguarda das responsabilidades contratualmente cometidas à Subconcessionária. Compete ainda a este Gabinete a promoção das condições de segurança e saúde no trabalho em toda a Empresa."*
- *"O Gabinete Jurídico tem como objecto a gestão de todos os processos jurídicos da Empresa, a elaboração e acompanhamento de contratos e o controlo de todos os processos internos com implicações contratuais."*
- *"O Gabinete de Planeamento e Controlo de Gestão tem como objecto o planeamento económico e financeiro da Empresa, a informação e controlo da gestão, a avaliação económica – financeira de novos projectos, a avaliação de operações de financiamento estruturado, a coordenação de processos de submissão de novos*

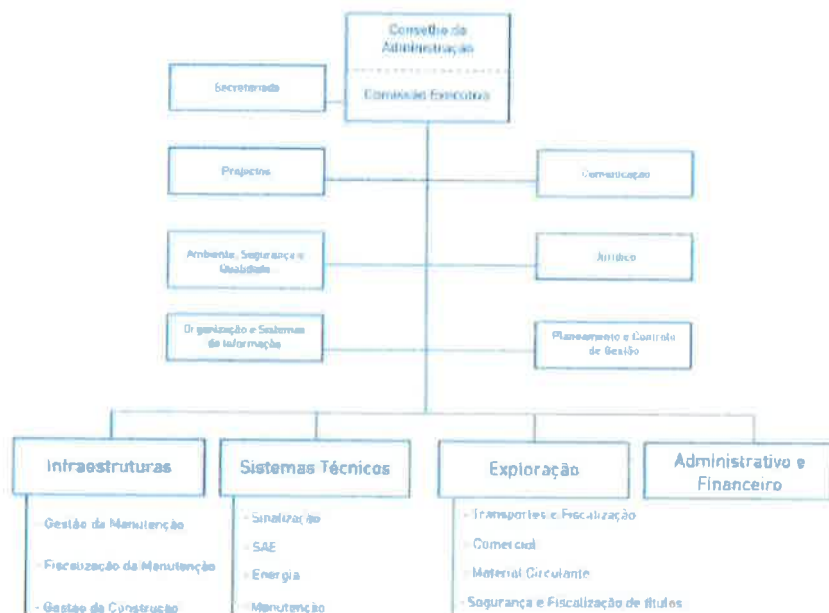
projectos ao Governo, e a coordenação de toda a informação a prestar aos Accionistas, aos Reguladores e ao Governo.”

- “O Departamento Administrativo e Financeiro tem como objecto a realização de todo o processo administrativo da Empresa, nomeadamente a gestão dos aprovisionamentos e serviços gerais, a gestão de processos administrativos respeitantes ao Pessoal da Empresa, a negociação e gestão dos contratos de financiamento, a gestão da tesouraria e do património e a contabilidade”;
- “O Departamento de Exploração tem como objecto a função de marketing, a coordenação e o controlo operacional, a gestão comercial e o controlo de gestão da exploração do Sistema de Metro, em todas as suas dimensões, garantindo nomeadamente o controlo da execução dos contratos de operação, de exploração de espaços comerciais e de publicidade, e de todos os restantes elementos da cadeia de valor integrada na exploração comercial, sejam ou não objecto de contratualização com entidades terceiras. Compete também ao Departamento de Exploração assegurar as actividades relacionadas com a selecção, aquisição e manutenção do material circulante a operar na rede do Metro. Compete ainda ao DEX a fiscalização da qualidade dos títulos de transporte utilizados pelos clientes, o tratamento administrativo dos autos e a fiscalização e controlo da segurança de pessoas e bens na rede de metro e infra-estruturas conexas.”
- “O Departamento de Infraestruturas tem como função a realização de todas as actividades relacionadas com a construção de infraestruturas e equipamentos fixos do Sistema de Metro e consequentes obras de inserção e compatibilização urbana. No caso de infraestruturas e equipamentos fixos do Sistema de Metro, compete ainda ao Departamento organizar e promover as actividades da respectiva manutenção, tanto preventiva como correctiva.”
- “O Departamento de Sistemas Técnicos tem como objecto a organização e coordenação de todos os processos de aquisição de sistemas de rede, de sistemas de sinalização e de segurança e de sistema de informação de apoio à exploração da rede. O Departamento de Sistemas Técnicos assegura ainda as actividades de manutenção, tanto preventiva como correctiva, de todos os sistemas técnicos integrados na rede do Metro.”

3. A Empresa dispõe de uma Estratégia Empresarial Integrada. O serviço de transporte de passageiros é subconcessionado através de concursos públicos internacionais, pelo que as principais medidas adotadas nesta matéria são as que constam dos Caderno de Encargos desses concursos e dos contratos subsequentes, resumidas no ponto anterior. A Empresa dispõe de uma política de risco e de um plano global de gestão de riscos consubstanciado nas medidas, planos e relatórios já anteriormente referidos.

4. Como referido em 2., a gestão de riscos está implementada na Empresa de uma forma transversal, sendo o organograma da Sociedade o seguinte:





5. As áreas funcionais com competências no controlo de riscos estão assinaladas no ponto 2.

6. Os principais riscos a que a sociedade está sujeita são os seguintes:

a. Económicos: redução da procura dos serviços de transporte público prestados pela Empresa em virtude do processo de ajustamento económico-financeiro do país, por via dos aumentos tarifários, da redução das comparticipações sociais no tarifário, da redução da qualidade de serviço seja por redução da oferta seja por degradação do desempenho da infraestrutura, equipamentos ou material circulante; greves; redução de receita por via da fraude.

b. Financeiros: variação das taxas de juros, insuficiente aporte de fundos não reembolsáveis e/ou dificuldade de refinanciamento da dívida da Empresa.

c. Operacionais: acidentes relacionados com a circulação de veículos ou com a infraestrutura e equipamentos utilizados, degradação ou imparidade funcional de infraestrutura, equipamentos ou material circulante utilizado, terrorismo, interrupção do fornecimentos de energia elétrica, greves, riscos de integridade dos sistemas de informação/documentais utilizados, colapso do subconcessionário de operação e manutenção.

d. Tecnológicos: obsolescência de equipamentos e/ou sistemas, emergência de tecnologias alternativas de transporte de pessoas.

e. Jurídicos: alterações legislativas, litigância no âmbito do contrato de subconcessão.

[Handwritten signature and initials]

7. A Empresa segue um processo de identificação, avaliação, acompanhamento, controlo, gestão e mitigação de riscos adaptado à sua realidade concreta:

- A Empresa cumpre o disposto na legislação quanto a condições de segurança da exploração do transporte ferroviário coletivo regular de passageiros.
- A Empresa cumpre o disposto na legislação quanto a fiscalização da utilização de títulos de transporte pelos clientes.
- A Empresa cumpre o disposto na legislação quanto a proteção da segurança e saúde dos trabalhadores.

Adicionalmente, merece referência que:

- A Empresa dispõe de um Sistema Integrado de Qualidade, Ambiente e Segurança.
- A Empresa dispõe de um Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas.
- A Empresa dispõe de um Código de Ética.
- A Empresa dispõe de um procedimento de avaliação de fornecedores.

8. A Empresa dispõe devidamente segregadas as funções de elaboração de contas e relato financeiro das funções de controlo de gestão. Paralelamente a Empresa reporta mensalmente ao ROC e ao Conselho Fiscal as demonstrações financeiras e os relatórios de informação de gestão. Conforme disposto na legislação em vigor, a Empresa reporta mensal e exaustivamente às tutelas sectorial, financeira e outros organismos informação financeira (nomeadamente a constantes da tabela seguinte) e da atividade operacional da Empresa.

ENTIDADE	TEMA	INFORMAÇÃO	PERIODICIDADE
DGO	EPR - SIGO	Mapa de Fundos Disponíveis - MP	MENSAL
DGO	SFA - SERVIÇOS ONLINE	Previsão Receita Própria, Previsão despesa - MP	MENSAL
DGO	SFA - SIGO	Contas de Execução Orçamental e Alterações Orçamentais - MP	MENSAL
DGO	SFA-SIGO	Mapa dos Pagamentos em Atraso - MP	MENSAL
SG-MOPTC	MAIL	Mapas 7.1 - Despesa e 7.2 - Receita, do SIGO - MP Mapas Alterações orçamentais — Despesa e Receita, do SIGO	MENSAL
INE	IVNES	Informação sobre Volume de Negócios	MENSAL
DGO	SFA - SERVIÇOS ONLINE	Empréstimos e outras operações ativas concedidas - MP	MENSAL
SG-MEE	RESCISÕES	Apuramento mensal de informação sobre Rescisões, Requalificação e Aposentações - MP	MENSAL
DGTF	SIRIEF	Informação Financeira - DFC / DFC Previsional ajustada	MENSAL
DGO	SFA - SIGO	Despesas com Pessoal - MP	MENSAL
DGO	SFA - SERVIÇOS ONLINE	Deslocações em território nacional e estrangeiro - MP	MENSAL
DGO	SFA - SERVIÇOS ONLINE	Unidade de Tesouraria - MP	TRIMESTRAL
DGTF	SIRIEF	Informação Estável - Carregamento de Documentos	TRIMESTRAL

DGO	SCEP	Encargos Plurianuais - Execução financeira - MP	TRIMESTRAL
Site MP	Dívidas a Fornecedores	Publicação no site da empresa das dívidas a fornecedores	TRIMESTRAL
BdP	COPE	Operações com o exterior	MENSAL
MEE	EBITDAR - MAIL	EBITDAR	MENSAL
INE	ITTM - MP	Inquérito Trimestral ao Transporte por Metropolitano	TRIMESTRAL
DGO	SFA - MAIL	Relatório de Execução Orçamental (IG+RCF)	TRIMESTRAL
DGTF	SIRIEF	Informação Financeira - PMP, Dívidas Vencidas e PROC	MENSAL
DGO	EPR - SERVIÇOS ONLINE	Balancete Analítico - MP e MPC	TRIMESTRAL
DGTF	SIRIEF	Informação Financeira - (FPC, SNC, UTE)	TRIMESTRAL
DGTF	SIRIEF	UTE - BANCA COMERCIAL	TRIMESTRAL
DGTF	SIRIEF	Responsabilidades Contingentes	TRIMESTRAL
DGTF	SIRIEF	Informação Financeira - Execução (Endividamento, DACP, Indicadores RH e Actividade, EFP, Passivo Remunerado, Benefícios)	ANUAL
DGO	EPR - SERVIÇOS ONLINE	Estimativa BAL e DR - MP	ANUAL
TC	Património Financeiro Publico	Património Financeiro Publico	ANUAL
DGO	SFA - SERVIÇOS ONLINE	Plano de Liquidação de Pagamentos em Atraso	ANUAL
DGO	EPR - SERVIÇOS ONLINE	DF Previsionais Anuais e Orçamento - MP	ANUAL
DGTF	SIRIEF	Informação Financeira - Previsões (FPC, SNC, Endividamento, DACP, Gastos Operacionais)	ANUAL
DGO	SFA - SERVIÇOS ONLINE	Conta de Gerência - MP	ANUAL
DGO	TSICE - SERVIÇOS ONLINE	Transferências, Subsídios e Indemnizações	ANUAL

A Empresa está sujeita a inspeções e fiscalizações externas nomeadamente da Inspeção Geral de Finanças e do Tribunal de Contas, bem como no caso deste Tribunal ao regime de fiscalização prévia.

As demonstrações financeiras e os Relatórios de Gestão são comunicados à Comissão de Mercado de Valores Mobiliários e divulgados no respetivo site.

As contas anuais, os Relatórios de Gestão, os relatórios de acompanhamento do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, o Plano de Atividade e Orçamento e a informação mensal de gestão de natureza operacional são publicados no site da Empresa.

C.Regulamentos e Códigos

1.Referência sumária aos regulamentos internos aplicáveis e regulamentos externos a que a entidade está legalmente obrigada, com apresentação dos aspetos mais relevantes e de maior importância. Indicação do sítio da entidade onde estes elementos se encontram disponíveis para consulta.

2.Referência à existência de um código de ética, com a data da última atualização, que contemple exigentes comportamentos éticos e deontológicos. Indicação onde este se encontra disponível para consulta, assim como indicação da forma como é efetuada a sua divulgação junto dos seus colaboradores, clientes e fornecedores. Informação sobre as medidas vigentes tendo em vista garantir um tratamento equitativo junto dos seus clientes e fornecedores e demais titulares de interesses legítimos, designadamente colaboradores da entidade, ou outros credores que não fornecedores ou, de um modo geral, qualquer entidade que estabeleça alguma relação jurídica com a entidade (vide artigo 47.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro).

3.Referência à existência do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PGRCIC) para prevenir fraudes internas (cometida por um Colaborador ou Fornecedor de Serviços) e externas (cometida por Clientes ou Terceiros), assim como a identificação das ocorrências e as medidas tomadas para a sua mitigação. Indicação relativa ao cumprimento da legislação e da regulamentação em vigor relativas à prevenção da corrupção e sobre a elaboração do Relatório Identificativo das Ocorrências, ou Risco de Ocorrências (vide alínea a) do n.º 1 do artigo 2.º da Lei n.º 54/2008, de 4 de setembro). Indicação do local no sítio da entidade onde se encontra publicitado o respetivo Relatório Anual de Execução do PGRCIC (vide artigo 46.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro).

São aplicáveis à Metro do Porto os seguintes regulamentos internos e externos a que a Empresa está legalmente obrigada e que decorrem da sua atividade (<http://www.metrodoporto.pt/pages/355>):

- Decreto-Lei n.º 148/2003, de 11 de julho – (que transpõe para o ordenamento jurídico interno a Diretiva 2000/52/CE da Comissão, de 26 de julho, relativa à transparência das relações financeiras entre as entidades públicas dos Estados membros e as empresas públicas);
- Diretiva 2004/17/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 31 de março de 2004, relativa à coordenação dos processos de adjudicação de contratos nos sectores da água, da energia, dos transportes e dos serviços postais;
- Lei n.º 28/2006, de 4 de julho (regime sancionatório aplicável às transgressões ocorridas em matéria de transportes coletivos de passageiros);
- Decreto-Lei n.º 69/2007, de 26 de março – (que transpõe para o ordenamento jurídico interno a Diretiva 2005/81/CE da Comissão, de 28 de novembro, relativa à transparência das relações financeiras entre os Estados membros e as empresas públicas);
- Decreto-Lei n.º 8/2012 de 18 de janeiro (Estatuto do Gestor Público);
- Decreto-Lei n.º 231/2007, de 14 de junho (Segurança Ferroviária);
- Regulamento 1370/2007 de 23 de outubro de 2007, do Parlamento Europeu e do Conselho cuja aplicação respeita a contratos de serviço público que assumam a forma de contratos de concessão de serviços, especialmente no setor de transportes;
- Decreto-Lei n.º 371/2007, de 6 de novembro de 2007 (obrigatoriedade de existência e disponibilização do livro de reclamações);
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 14 de fevereiro (Programa Pagar a Tempo e Horas), alterado pelo Despacho 9870/2009 do Ministério das Finanças e da Administração Pública, de 6 de abril;
- Decreto-Lei n.º 192/2008, de 1 de outubro (Bases da Concessão e Estatutos da MP);

- Decreto-Lei n.º 18/2008 que aprovou o Código da Contratação Pública e respetiva legislação regulamentar;
- Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho (Medidas adicionais de consolidação orçamental - PEC);
- Decreto-Lei n.º 65 -A/2011, de 17 de maio (Programa Pagar a Tempo e Horas – reporte de dívidas vencidas);
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 45/2011, de 10 de novembro (Plano Estratégico dos Transportes 2011-2015);
- Lei n.º 64-A/2011, de 30 de dezembro (Grande Opções do Plano para 2012-2015);
- Lei n.º 64-C/2011, de 30 de dezembro (estratégia e procedimentos a adotar no âmbito da lei de enquadramento orçamental 2012-2015);
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2012, de 9 de fevereiro (critérios de vencimento dos gestores públicos)
- Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, relativo à Lei dos Compromissos
- Decreto-Lei. n.º 127/2012, de 21 de junho, relativo aos pagamentos em atraso
- Decreto-Lei n.º 200/2012, de 27 agosto, que prevê a atribuição ao Instituto de Gestão do Crédito Público, I.P. de um mandato para a gestão da carteira de derivados financeiros
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 40/2013, de 18 de junho
- Regulamento Geral do FEDER e Fundo de Coesão
- Decreto-Lei n.º 133/2013 de 3 de outubro (Novo Regime do SEE)
- Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro - redução remuneratória
- Leis de Orçamento de Estado/Leis de Enquadramento Orçamental/Leis de Execução Orçamental.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 61-A/2015, de 20 de agosto, relativa ao PETI3+.

Nos Relatórios e Contas da sociedade estão disponíveis informações mais detalhadas sobre este tema.

A Empresa possui um código de ética, aprovado a 26 de março de 2009 não tendo sofrido alterações desde essa data. Encontra-se disponível na Intranet da Empresa (meio primordial para divulgação junto dos colaboradores), bem como, no site institucional da Metro do Porto (para as restantes partes interessadas) através do link: <http://www.metrodoporto.pt/pages/323>.

O Código de Ética em vigor estabelece um conjunto de valores, princípios orientadores do relacionamento com as partes interessadas e ainda normas de conduta individuais que, de um modo geral, permitem garantir um tratamento equitativo junto de todas as partes interessadas.

A empresa ainda não tem implementado o plano para a igualdade prescrito pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2012, de 23 de fevereiro. Quanto ao cargo de provedor do cliente, foi a Empresa informada da deliberação tomada pela Autoridade Metropolitana de Transportes, que chamou a si a sua criação.

Foi aprovado pelo Conselho de Administração a 13 de janeiro de 2010 o Plano de Prevenção de Riscos de Gestão da Metro do Porto, S.A. onde se identificam os riscos de corrupção e infrações conexas e respetivas

medidas de prevenção e mecanismos de controlo interno e externo. Este Relatório está disponível no site da Empresa (<http://www.metrodoporto.pt/pages/328>). Não foi produzido o relatório anual referente ao exercício de 2015. Os relatórios produzidos em anos anteriores foram, nos termos legalmente previstos, publicados na página de internet da Metro do Porto no link acima.

Não foi elaborado Relatório Identificativo das Ocorrências ou Risco de Ocorrências.

D. Deveres especiais de informação

1. Indicação da plataforma utilizada para cumprimento dos deveres de informação a que a entidade se encontra sujeita, nomeadamente os relativos ao reporte de informação económica e financeira (vide alíneas d) a i) do n.º 1 do artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro), a saber:

a) Prestação de garantias financeiras ou assunção de dívidas ou passivos de outras entidades, mesmo nos casos em que assumam organização de grupo;

b) Grau de execução dos objetivos fixados, justificação dos desvios verificados e indicação de medidas de correção aplicadas ou a aplicar;

c) Planos de atividades e orçamento, anuais e plurianuais, incluindo os planos de investimento e as fontes de financiamento;

d) Orçamento anual e plurianual;

e) Documentos anuais de prestação de contas;

f) Relatórios trimestrais de execução orçamental acompanhados dos relatórios do órgão de fiscalização.

2. Indicação da plataforma utilizada para cumprimento dos deveres de transparência a que a entidade se encontra sujeita, nomeadamente os relativos a informação a prestar anualmente ao titular da função acionista e ao público em geral sobre o modo como foi prosseguida a sua missão, do grau de cumprimento dos seus objetivos, da forma como foi cumprida a política de responsabilidade social, de desenvolvimento sustentável e os termos de prestação do serviço público, e em que medida foi salvaguardada a sua competitividade, designadamente pela via da investigação, do desenvolvimento, da inovação e da integração de novas tecnologias no processo produtivo (vide n.º 1 do artigo 45.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro).

A informação prevista nos artigos 44.º e 45º do Decreto-Lei n.º 133/2013 é disponibilizada no sítio de internet da empresa bem como nas plataformas da Direção Geral de Tesouro e Finanças.

Os empréstimos contraídos pela Nortrem para aquisição dos veículos beneficiam de fiança da Metro do Porto, tendo sido prestada garantia pessoal do Estado à fiança assumida pela Metro do Porto. No caso da Metro do Porto Consultoria, as necessidades financeiras desta entidade são asseguradas por verbas cedidas pela Metro do Porto.

Relativamente aos objetivos fixados, essa informação consta do ponto 6.3.1 do Relatório e Contas e do Ponto F, deste capítulo. Os Planos de Atividade e Orçamento são publicados no site da Empresa, sendo também aí publicada informação de desempenho mensal e os Relatórios dos Órgãos de Fiscalização.



E. Sítio da Internet

1. Indicação do(s) endereço(s) utilizado(s)¹⁰ na divulgação dos seguintes elementos sobre a entidade (vide artigo 53.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro):

a) Sede e demais elementos mencionados no artigo 171.º do CSC;

b) Estatutos e regulamentos de funcionamento dos órgãos e/ou comissões;

c) Titulares dos órgãos sociais e outros órgãos estatutários e respetivos elementos curriculares, bem como as respetivas remunerações e outros benefícios;

d) Documentos de prestação de contas anuais¹¹ e, caso aplicável, semestrais;

e) Obrigações de serviço público a que a entidade está sujeita e os termos contratuais da prestação de serviço público;

f) Modelo de financiamento subjacente e apoios financeiros recebidos do Estado nos últimos três exercícios.

Toda a informação relevante sobre o governo da sociedade, elementos de prestação de contas, modelo de financiamento e apoios recebidos do Estado, bem como do desempenho mensal da sociedade em termos operacionais e obrigações de serviço público, é apresentada na página de internet em www.metrodoporto.pt, nomeadamente:

Sede e demais elementos mencionados no artigo 171.º do CSC

<http://www.metrodoporto.pt/frontoffice/pages/346>

Estatutos e regulamentos de funcionamento dos órgãos e/ou comissões

<http://www.metrodoporto.pt/pages/357>

Titulares dos órgãos sociais e outros órgãos estatutários e respetivos elementos curriculares, bem como as respetivas remunerações e outros benefícios;

<http://www.metrodoporto.pt/pages/320>

<http://www.metrodoporto.pt/pages/354>

Documentos de prestação de contas anuais e, caso aplicável, semestrais;

<http://www.metrodoporto.pt/pages/338>

Obrigações de serviço público a que a empresa está sujeita e os termos contratuais da prestação de serviço público;

<http://www.metrodoporto.pt/pages/357>

Modelo de financiamento subjacente e os apoios financeiros recebidos do Estado nos últimos três exercícios.

<http://www.metrodoporto.pt/pages/357>

¹⁰ A informação deve incluir a indicação da "hiperligação" correspondente.

¹¹ Conforme resulta do n.º 2 do artigo 70.º do CSC, devem estar acessíveis pelo menos durante cinco anos.

F.Prestação de Serviço Público ou de Interesse Geral

1.Referência ao contrato celebrado com a entidade pública que tenha confiado à entidade a prestação de um serviço público ou de interesse geral, respeitante à remuneração dessa atividade (vide n.º 3 do artigo 48.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro).

2.Exposição das propostas de contratualização da prestação de serviço público apresentadas ao titular da função acionista e ao membro do governo responsável pelo respetivo setor de atividade (vide n.ºs 1, 2 e 4 do artigo 48.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro)¹², das quais deverão constar os seguintes elementos:

a)Associação de metas quantitativas a custos permanentemente auditáveis;

b)Modelo de financiamento, prevendo penalizações em caso de incumprimento;

c)Critérios de avaliação e revisão contratuais;

d)Parâmetros destinados a garantir níveis adequados de satisfação dos utentes;

e)Compatibilidade com o esforço financeiro do Estado, tal como resulta das afetações de verbas constantes do Orçamento do Estado em cada exercício;

f)Metodologias adotadas tendo em vista a melhoria contínua da qualidade do serviço prestado e do grau de satisfação dos clientes ou dos utentes.

Contrato de Serviço Público

Por iniciativa da Metro do Porto, e na sequência de uma apresentação informal em julho de 2002, foi submetida em setembro de 2002 uma primeira proposta formal de contrato programa, para cumprimento do disposto nas Bases de Concessão do projeto, de acordo com a sua formulação aprovada pelo Decreto-Lei n.º 394-A/98, de 15 de dezembro. Esta proposta veio a ser reformulada ainda em 2002.

Em cumprimento da recomendação constante do relatório de Auditoria Técnico-Financeira à Metro do Porto elaborado pela Inspeção-Geral de Finanças de 14 de Junho de 2004, segundo a qual caberia à Metro do Porto "apresentar em 2005 ao Governo e à Autoridade Metropolitana de Transportes do Porto, uma proposta sobre as obrigações de serviço público e respetivo financiamento", a Metro do Porto remeteu em dezembro de 2005 nova proposta de contrato programa.

As novas Bases de Concessão do projeto, aprovadas pelo Decreto-Lei n.º 192/2008, de 1 de outubro, introduzindo alterações à figura do contrato programa e ao prazo da sua celebração, reforçaram a sua necessidade, estando previsto no n.º 1 da Base XV que "O Estado prestará à concessionária compensações financeiras pela prestação de serviço de interesse geral, devendo estas ser objeto de contratos-programa ou contratos de serviço público".

Foi assim assinado em 8 de Agosto de 2014 um Contrato de Serviço Público entre o Estado e a Empresa, que perduraria até 31 de Dezembro de 2024 e entraria em vigor no primeiro dia útil seguinte à data em que o Estado comunicasse por escrito à Metro do Porto a obtenção do visto prévio do Tribunal de Contas ou à confirmação escrita, clara e inequívoca, emitida pelo Tribunal de Contas, declarando não ser necessária a obtenção do visto.

¹² Caso não tenha contrato celebrado ou, tendo, hajam apresentado novas propostas.



Esse contrato define as obrigações de prestação de serviço pela Metro do Porto, as penalidades em caso de incumprimento dessas obrigações e estipula a inexistência de compensações financeiras pelo seu cumprimento. Não são regulados no seu âmbito as responsabilidades relativas à Dívida Histórica da MP, as responsabilidades relativas ao investimento na construção de infraestruturas civis e sistemas técnicos, as responsabilidades relativas às componentes da Grande Manutenção referentes às infraestruturas civis e aos sistemas técnicos, nem finalmente o serviço de transporte prestado pela Empresa relativo ao Funicular de Guindais.

Em 10 de Dezembro de 2014 foi assinado um aditamento a esse Contrato de Serviço Público, através do qual a data de entrada em vigor passou a ser 1 de Janeiro de 2015. Este aditamento introduz uma disposição segundo a qual, verificando-se uma alteração substancial dos pressupostos do contrato, se procederá a uma revisão da estipulada inexistência de compensações financeiras.

Segundo informação da tutela, o Tribunal de Contas comunicou em 26 de Dezembro de 2014 que este contrato não se encontra sujeito a fiscalização prévia.

Objetivos de Gestão

Foram propostos à Tutela financeira em janeiro de 2013 os objetivos de gestão a incluir nos contratos de gestão a celebrar com os administradores para o mandato 2012 – 2014 e cuja avaliação foi apresentada nos relatórios anteriores. Não foram definidos objetivos para o exercício de 2015.

Handwritten signature and initials in blue ink, located at the bottom right of the page. The signature appears to be 'G. L.' with a large flourish, and there are initials 'R. M.' below it.

VII. Remunerações

A. Competência para a Determinação

1. Indicação quanto à competência para a determinação da remuneração dos órgãos sociais, dos membros da comissão executiva ou administrador delegado e dos dirigentes da entidade.

2. Identificação dos mecanismos¹³ adotados para prevenir a existência de conflitos de interesses, atuais ou potenciais, entre os membros de órgãos ou comissões societárias e a entidade, designadamente na aprovação de despesas por si realizadas (vide artigo 51.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro).

3. Apresentação de declaração dos membros do órgão de administração a referir que estes se abstêm de interferir nas decisões que envolvam os seus próprios interesses.

A competência para a fixação das remunerações dos órgãos sociais cabe à Assembleia Geral nos termos do disposto no artigo 399º do Código das Sociedades Comerciais.

Remuneração dos membros dos órgãos sociais	Assembleia Geral
Remuneração dos membros da Comissão executiva	Assembleia Geral
Remuneração dos dirigentes	Conselho de Administração

De forma a serem evitados conflitos de interesses, e tal como previsto nos "Princípios de Bom Governo do Sector Empresarial do Estado", os membros dos Órgãos Sociais abstêm-se de intervir nas decisões que envolvam os seus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por si realizadas.

Os membros dos Órgãos Sociais declaram ao Órgão de Administração e ao Órgão de Fiscalização, bem como ao Tribunal Constitucional, quaisquer participações patrimoniais importantes que detenham na Empresa, bem como relações relevantes que mantenham com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesse.

Tal como previsto nas instruções emanadas da DGTF, é apresentado em anexo a este relatório declaração dos membros dos órgãos sociais declarativa desta situação.

B. Comissão de Fixação de Remunerações

Composição da comissão de fixação de remunerações, incluindo identificação das pessoas singulares ou coletivas contratadas para lhe prestar apoio.

Na Sociedade já existiu uma Comissão de Fixação de Remunerações que terminou funções em 2012. Hoje as remunerações são fixadas por despacho conjunto das tutelas financeira e setorial que as propõem à aprovação da Assembleia Geral.

¹³ Mecanismos diversos dos inerentes às declarações a que se refere o ponto 3, seguinte.

C. Estrutura das Remunerações

- 1. Descrição da política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização.*
- 2. Informação sobre o modo como a remuneração é estruturada de forma a permitir o alinhamento dos objetivos dos membros do órgão de administração com os objetivos de longo prazo da entidade.*
- 3. Referência, se aplicável, à existência de uma componente variável da remuneração, critérios de atribuição e informação sobre eventual impacto da avaliação de desempenho nesta componente.*
- 4. Explicitação do diferimento do pagamento da componente variável da remuneração, com menção do período de diferimento.*
- 5. Caracterização dos parâmetros e fundamentos definidos no contrato de gestão para efeitos de atribuição de prémio.*
- 6. Referência a regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada para os administradores e data em que foram aprovados em assembleia geral, em termos individuais.*

As remunerações dos membros dos órgãos sociais das empresas públicas devem ser fixadas em função da complexidade, exigência e responsabilidade inerentes às respetivas funções e atendendo às práticas normais no respetivo setor de atividade, tendo em conta igualmente os princípios e orientações estabelecidas pelos acionistas e a situação do mercado.

No contexto da vigência do Programa e Assistência Económica e Financeira a Portugal (PAEF), foram, pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, objeto da Declaração de Retificação n.º 2/2012, de 25 de janeiro, introduzidas alterações ao Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, que aprovou o Estatuto do Gestor Público, bem como foi aprovada a Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2012, publicada no DR 1.ª série, de 14 de fevereiro, a qual procede à definição de categorias e critérios objetivos para a fixação do vencimento mensal dos gestores públicos, tendo por referência o limite do vencimento mensal do Primeiro-Ministro.

A definição da política de remuneração consistente com uma eficiente gestão dos riscos, de modo coerente com a natureza da atividade e estratégia de negócio da empresa, promovendo o seu crescimento sustentado terá sido adotada no despacho de 13 de julho de 2012 do Ministério das Finanças e da Economia e Emprego que propôs a fixação da remuneração para todos os órgãos sociais da sociedade que veio a ser aprovada na Assembleia Geral de 13 de julho de 2012.

Neste contexto, verifica-se uma efetiva moderação salarial, ajustada às especificidades da empresa e à situação de dificuldade económica e financeira nacional e assegurada a total transparência no que se refere à definição das políticas remuneratórias e à sua aplicação efetiva.

Nos termos do Art.º 41º da Lei do Orçamento de Estado, não foram atribuídos prémios de gestão relativos a exercícios anteriores, bem como não é proposto à Assembleia Geral a atribuição de prémios de gestão relativos ao exercício de 2015.

Não se procedeu no exercício de 2015 a qualquer atualização dos salários nominais, tendo sido aplicados os cortes remuneratórios previstos no:

- Art.º 12º da Lei 12-A/2010 de 30 de junho, o qual estipula que “A remuneração fixa mensal ilíquida dos gestores públicos executivos e não executivos, incluindo os pertencentes ao sector público local e regional, e dos equiparados a gestores públicos, é reduzida a título excecional em 5%”;
- Art.º 4º da Lei 75/2014, de 12 de Setembro, que reverteu em 20% os cortes remuneratórios aplicáveis de setembro a dezembro de 2014, decorrentes do mesmo diploma (Art.º 2).

Conforme referido na alínea F do capítulo VI acima, foram propostos à Tutela financeira em janeiro de 2013 os objetivos de gestão a incluir nos contratos de gestão a celebrar com os administradores para o mandato 2012 – 2014 e cuja avaliação foi apresentada nos relatórios anteriores. Não foram definidos objetivos para o exercício de 2015.

Não existem regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada.

D.Divulgação das Remunerações

1.Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros do órgão de administração da entidade, proveniente da entidade, incluindo remuneração fixa e variável e, relativamente a esta, menção às diferentes componentes que lhe deram origem, podendo ser feita remissão para ponto do relatório onde já conste esta informação. A apresentar segundo os formatos determinados.

2.Indicação dos montantes pagos, por outras entidades em relação de domínio ou de grupo ou que se encontrem sujeitas a um domínio comum.

3.Indicação da remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou de pagamento de prémios e explanação dos motivos por que tais prémios e/ou participação nos lucros foram concedidos.

4.Referência a indemnizações pagas ou devidas a ex-administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício.

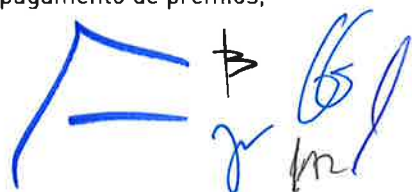
5.Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros do órgão de fiscalização da entidade, podendo ser feita remissão para ponto do relatório onde já conste esta informação.

6.Indicação da remuneração no ano de referência dos membros da mesa da assembleia geral, podendo ser feita remissão para ponto do relatório onde já conste esta informação.

Conforme instruções constantes do Ofício n.º 712, de 12 de fevereiro de 2016 da Direção-Geral de Tesouro e Finanças, são detalhadas no Relatório e Contas de 2015 da Metro do Porto as remunerações auferidas pelos membros dos Órgãos Sociais da Empresa. Mais concretamente, esta informação é apresentada na Nota 31 do Anexo ao Balanço e Demonstrações de Resultados, bem como no capítulo II deste Relatório. É de notar que a todas as remunerações aí referidas são aplicadas as reduções legalmente previstas.

Relativamente a montantes pagos, por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo ou que se encontrem sujeitas a um domínio comum; participação nos lucros e prémios e indemnizações a ex-administradores executivos relativamente à cessação de funções no exercício, não existiram.

Não foram pagos quaisquer montantes sobre a forma de participação de lucros e/ou pagamento de prémios, nem foram pagas ou são devidas indemnizações a ex-administradores executivos.



VIII. Transações com partes Relacionadas e Outras

1. Apresentação de mecanismos implementados pela entidade para efeitos de controlo de transações com partes relacionadas e indicação das transações que foram sujeitas a controlo no ano de referência.

2. Informação sobre outras transações:

a) Procedimentos adotados em matéria de aquisição de bens e serviços;

b) Identificação das transações que não tenham ocorrido em condições de mercado;

c) Lista de fornecedores com transações com a entidade que representem mais de 5% dos fornecimentos e serviços externos (no caso de ultrapassar 1 milhão de euros).

Nas Notas às Demonstrações Financeiras presente no Relatório e Contas do exercício consta informação relativa ao teor e valor das transações efetuadas com acionistas e partes relacionadas, bem como com empresas associadas, que reproduzimos abaixo:

Acionistas e partes relacionadas:

Durante o período, a Empresa efetuou as seguintes transações com aquelas entidades:

	31.12.2015	31.12.2014
Prestação Serviços		
Estado (DGTF)	2.972.960	2.795.314
STCP	53.563	54.053
	3.026.523	2.849.366
Aquisição de Serviços		
Estado (DGTF)	1.643.308	1.733.063
STCP	348.921	320.072
Estado (IGCP)	2.300	0
CP - Comboios de Portugal	361	757
	1.994.890	2.053.892
Juros pagos		
Estado (DGTF)	42.361.766	39.227.802
Financiamentos obtidos		
Estado (DGTF)	196.895.809	274.511.515
	239.257.575	313.739.317
Gastos incorridos transferidos		
STCP	2.916	0
	2.916	0

Associadas/Subsidiárias:

Durante o período, a Empresa efetuou as seguintes transações com entidades associadas:

Metro do Porto, S.A.

	31.12.2015	31.12.2014
Prestação de Serviços		
TIP – Transportes Interm. Porto, ACE	38.173.307	36.862.232
Transpublicidade, S.A.	214.401	210.271
	38.387.707	37.072.502
Aquisição de Serviços		
TIP – Transportes Interm. Porto, ACE	2.207.890	1.821.810
	2.207.890	1.821.810
Gastos incorridos transferidos		
TIP – Transportes Interm. Porto, ACE	452.587	462.350
Transpublicidade, S.A.	54.510	83.017
	507.096	545.367

Conforme referido no ponto VI.C, foi aprovado pelo Conselho de Administração o Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, o qual prevê mecanismos de controlo e implementação de procedimentos para garantir a tomada de decisões observando critérios objetivos, transparentes e imparciais, garantindo o seu alinhamento com o Código de Ética, nomeadamente a centralização de toda e qualquer decisão na Comissão Executiva (até 500 mil euros) e no Conselho de Administração.

No que respeita a transações com partes não relacionadas, a Metro do Porto seguiu os procedimentos legalmente estabelecidos em matéria de aquisição de bens e serviços.

Os compromissos financeiros mais relevantes assumidos pela Empresa dizem respeito aos contratos de Operação do Sistema de Metro Ligeiro e de Manutenção do Material Circulante. Assumem no final do período a seguinte composição:

Entidade	Âmbito	Valor do contrato	Valor realizado	%
Prometro, S.A.	Subconcessão Operação Manutenção SMLAMP	228.173.036	217.739.402	95%
EMEF	Manutenção Material Circulante - 1º Contrato	969.000	969.000	100%
EMEF	Manutenção Material Circulante - 2º Contrato	1.368.635	1.368.635	100%
EMEF	Manutenção Material Circulante - 3º Contrato	1.011.191	1.011.191	100%
EMEF	Manutenção Material Circulante - 4º Contrato	1.627.009	645.023	40%

Os fornecedores que representam mais de 5% dos fornecimentos e serviços externos do ano de 2015 (no caso de esta percentagem ultrapassar 1.000.000 euros) são a Prometro, S.A., a EMEF e a Lipman Karas LLP.

Não ocorreram transações fora das condições de mercado.

IX. Análise de sustentabilidade da entidade nos domínios económico, social e ambiental

Caracterização dos elementos seguidamente explicitados, podendo ser feita remissão para ponto do relatório onde já conste esta informação¹⁴.

1. Estratégias adotadas e grau de cumprimento das metas fixadas.

2. Políticas prosseguidas com vista a garantir a eficiência económica, financeira, social e ambiental e a salvaguardar normas de qualidade.

3. Forma de cumprimento dos princípios inerentes a uma adequada gestão empresarial:

a) Definição de uma política de responsabilidade social e de desenvolvimento sustentável e dos termos do serviço público prestado, designadamente no âmbito da proteção dos consumidores (vide artigo 49.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro);

b) Definição de políticas adotadas para a promoção da proteção ambiental e do respeito por princípios de legalidade e ética empresarial, assim como as regras implementadas tendo em vista o desenvolvimento sustentável (vide artigo 49.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro);

c) Adoção de planos de igualdade tendentes a alcançar uma efetiva igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres, a eliminar discriminações e a permitir a conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional (vide n.º 2 do artigo 50.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro);

d) Referência a medidas concretas no que respeita ao Princípio da Igualdade do Género, conforme estabelecido no n.º 1 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2012, de 23 de fevereiro;

e) Identificação das políticas de recursos humanos definidas pela entidade, as quais devem ser orientadas para a valorização do indivíduo, para o fortalecimento da motivação e para o estímulo do aumento da produtividade, tratando com respeito e integridade os seus trabalhadores e contribuindo ativamente para a sua valorização profissional (vide n.º 1 do artigo 50.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro);

f) Informação sobre a política de responsabilidade económica, com referência aos moldes em que foi salvaguardada a competitividade da entidade, designadamente pela via de investigação, inovação, desenvolvimento e da integração de novas tecnologias no processo produtivo (vide n.º 1 do artigo 45.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro). Referência ao plano de ação para o futuro e a medidas de criação de valor para o acionista (aumento da produtividade, orientação para o cliente, redução da exposição a riscos decorrentes dos impactos ambientais, económicos e sociais das atividades, etc.).

Anualmente é efetuada pela Administração a revisão do Sistema Integrado Qualidade, Ambiente e Segurança, sendo avaliados os graus de cumprimento dos objetivos e metas definidos para cada um dos processos em que se divide a atividade da Metro do Porto. Com base no grau de cumprimento dos indicadores utilizados para avaliar os objetivos e metas são definidas as medidas a implementar no sentido de melhorar, se necessário, o desempenho dos diferentes processos.

O Orçamento para 2015 da Metro do Porto, S.A. aprovado em Conselho de Administração desta sociedade tinha implícitos os seguintes objetivos de exploração comercial.

¹⁴ Querendo, a entidade poderá incluir síntese ou extrato(s) do seu Relatório de Sustentabilidade que satisfaça(m) o requerido. Tal formato de prestação da informação, implica que o texto seja acompanhado das adequadas referências que permitam identificar as partes da síntese ou extrato(s) que satisfazem cada uma das alíneas.

Metro do Porto, S.A.

Real 2015	Meta 2015	
294,5	300,0	PASSAGEIROS KM (M)
1.630,7	1.606,0	LUGARES KM (M)
18,1	18,7	TAXA DE OCUPAÇÃO (%)
105,9	111,2	TAXA DE COBERTURA (%)

Atingiu-se em 2015 uma taxa de cobertura média anual da operação do Sistema de 105,9%, 19,5 pp acima do valor registado em 2014 e pela primeira vez superior a 100%. As Vendas e Prestações de Serviço não incluem Indemnizações Compensatórias pelo serviço de transporte público assegurado (que em 2015 não existiram), mas incluem as comparticipações do Estado no âmbito do tarifário social Andante, estas últimas apuradas com base nas taxas de comparticipação efetivamente pagas.

(valores em milhares de euros)

Conta Exploração Metro	2013	2014	2015	15/14
Vendas e Prestações de Serviço	38.879	39.685	40.993	3,3%
Custo Vendas e Prest. Serviço	45.408	45.898	38.691	-15,7%
Margem Bruta	-6.529	-6.213	2.301	137,0%
<i>Taxa de Cobertura</i>	<i>85,6%</i>	<i>86,5%</i>	<i>105,9%</i>	<i>19,5 pp</i>

A conta de exploração do Funicular dos Guindais evidencia, em 2015, uma melhoria da taxa de cobertura média anual de 3,2 pp (melhoria de 18,7 pp quando comparado com 2013, para um valor médio de 90,9%.

(valores em milhares de euros)

Conta Exploração Funicular	2013	2014	2015	15/14
Vendas e Prestações de Serviço	539,4	654,9	769,6	17,5%
Custo Vendas e Prest. Serviço	746,5	746,2	846,5	13,4%
Margem Bruta	-207,1	-91,4	-76,9	15,8%
<i>Taxa de Cobertura</i>	<i>72,3%</i>	<i>87,8%</i>	<i>90,9%</i>	<i>3,2 pp</i>

Se alargarmos o âmbito de análise e monitorizarmos a taxa de cobertura global da Metro do Porto, que incorpora na análise uma série de custos de estrutura e correntes (incluindo prestações de serviços associadas à atividade de construção mas excluindo serviços prestados no âmbito de operações financeiras), a tendência de melhoria mantém-se ascendendo esta taxa a 90,4% no final de 2015 (*gap* de receitas de 4,5 milhões de euros).

Handwritten signature and initials in blue ink.

Metro do Porto, S.A.

(valores em milhares de euros)

	2013	2014	2015	15/14
GASTOS				
ViaPorto/Normetro	41.058	41.168	31.071	-24,5%
Funicular	698	770	900	16,8%
Comissões TIP	1.742	1.775	1.824	2,8%
Vigilância e Segurança	1.195	1.344	1.035	-23,0%
Conservação e Reparação	2.462	3.205	4.317	34,7%
Pessoal (sem rescisões)	4.888	4.367	4.111	-5,9%
Outras despesas Correntes	2.163	2.635	3.913	48,5%
Subtotal	54.206	55.264	47.171	-14,6%
RENDIMENTOS				
SML / Funicular	40.089	39.646	41.770	5,4%
Acerto Tarifário Social	-1.586	441	0	-100,0%
Proveitos suplementares	756	791	845	6,8%
Coimas	438	201	41	-79,6%
Subtotal	39.698	41.079	42.656	3,8%
Taxa de Cobertura Global	73,2%	74,3%	90,4%	16,1 pp
GAP	-14.508	-14.185	-4.515	68,2%

Esta análise encontra-se desenvolvida nos pontos 7.4 e 7.5 do Relatório de Gestão de 2015.

A Metro do Porto possui, desde o final do ano de 2013, um Sistema de Gestão Integrado certificado em Qualidade Ambiente e Segurança. Sendo assumido pela Metro do Porto, S.A. através das bases de concessão o compromisso de conceber e explorar, através de subconcessão, o Sistema de Metro Ligeiro na Área Metropolitana do Porto, adequado às expectativas e necessidades de mobilidade e acessibilidade da região, a certificação do sistema de gestão integrado constitui-se como uma das ferramentas para que essa missão seja executada respeitando os mais elevados padrões de qualidade, ambiente e segurança.

De forma a garantir a eficiência social e ambiental, salvaguardando as normas de qualidade, ambiente e segurança, foram definidas as seguintes linhas de orientação:

- identificar e responder as reais necessidades, atuais e futuras, de mobilidade da Área Metropolitana do Porto;
- assegurar o cumprimento dos requisitos legais e demais normas aplicáveis aos produtos, serviços e atividades desenvolvidas pela organização em matéria de Ambiente e de Segurança e Saúde no trabalho;
- assegurar o cumprimento dos requisitos do sistema integrado, de acordo com os referenciais normativos NP EN ISO 9001, NP EN ISO 14001 e NP4397/OSHAS1800;
- assegurar a melhoria continua do desempenho do sistema integrado e dos processos, através da otimização de recursos e tecnologias e de um planeamento eficaz;
- manter um serviço eficiente, de forma regular e contínuo, de acordo com os horários pré-estabelecidos e anunciados junto do público;
- assegurar a melhoria continua do desempenho ambiental, através da identificação e controlo dos aspetos ambientais associados às atividades realizadas e subcontratadas, e do compromisso da prevenção da poluição no âmbito do Sistema de Metro Ligeiro da Área Metropolitana do Porto;

- assegurar a melhoria continua das condições de segurança e saúde no trabalho, através da identificação e controlo dos riscos associados às atividades realizadas e subcontratadas, e do compromisso de prevenção das lesões e afeções da saúde.

O Plano de Igualdade foi aprovado mas ainda não ocorreu a sua implementação.

No ano de 2015, o número de colaboradores que usufruíram de formação aumentou para 74 e verificou-se um pequeno aumento nas horas de formação.

Rapidez e pontualidade são novamente os dois aspetos mais fortes apontados pelos clientes do Metro do Porto, de acordo com o Estudo de Satisfação realizados em 2015 por empresa independente e especializada e que abrangeu um total de 1.570 passageiros inquiridos entre 23 e 29 de novembro de 2015.

O nível de satisfação global manteve-se elevado (83,9% de Média Global Anual de Satisfação apurada em 2015), apresentando uma subida de cerca de 0,6 pp face a 2014.

Os resultados obtidos confirmam a distinção dos serviços prestados pelo Metro do Porto, com elevados níveis de Confiança (81,8%), Lealdade (94,9%) e de agrado com a respetiva Imagem Social (94,1%), destacando-se os mais de 97% de inquiridos que referiram tencionar continuar a utilizar o Metro do Porto e recomendar os serviços do Metro a amigos e familiares.

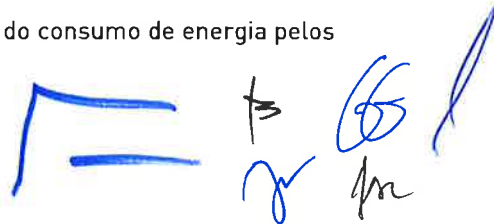
De destacar também os níveis de concordância dos passageiros quanto à perceção que têm dos benefícios do Metro para a sociedade (98,6%) e para o ambiente (95,4%). A maior parte dos passageiros inquiridos (96,1%) considera que no futuro mais pessoas irão viajar no Metro do Porto.

De acordo o estudo efetuado em 2015, a maioria dos clientes do Metro do Porto reside nos concelhos do Porto (27,4%), Vila Nova de Gaia (21,1%) e Matosinhos (13,4%), seguindo-se os restantes concelhos abrangidos pela rede: Maia (9,7%), Gondomar (9,8%), Vila do Conde (3,6%) e Póvoa de Varzim (1,2%), a que acrescem ainda os clientes residentes em concelhos não servidos diretamente pela rede do Metro (13,5%).

A faixa etária entre os 15 e os 35 anos representava 57,9% dos clientes do Metro em 2015. Muitos tinham menos de 25 anos (42%) e eram estudantes (35,2%), sendo o utilizador tipo do Metro do Porto em 2015 caracterizado como cliente do sexo feminino (60,9 %), pertencente à classe média e com uma idade média de 34 anos.

O Relatório de Sustentabilidade publicado em 2016 descreve o que de mais relevante aconteceu no último ano aos níveis ambiental, social e económico, que em síntese se passa a expor.

Relativamente às emissões, sendo as frotas eurotram e tram train movidas a eletricidade, não existem emissões diretas associadas à tração; existem, no entanto, emissões indiretas, já que parte da energia elétrica consumida é oriunda de combustíveis fósseis. As emissões indiretas resultado do consumo de energia pelos



veículos de Metro totalizaram 11.651 toneladas de CO₂e (dióxido de carbono equivalente), 3,0% abaixo do verificado em 2014. Essa redução deve-se, essencialmente, à diminuição do fator de emissão de CO₂e por kwh. O consumo de energia de tração aumentou de 38.660 milhares de kwh em 2014 para 39.094 milhares de kwh em 2015 (1,1%), tendo-se verificado um aumento da produção de veículos km totais (comerciais e não comerciais) de 1,4%. No que respeita às poupanças de emissões para a atmosfera, estas são calculadas tendo em conta a utilização alternativa ao Metro, ou seja, estimando-se o nível de emissões que resultaria das mesmas deslocações em transportes substitutos caso não existisse Metro (transporte individual, coletivo e não motorizado). Estimou-se para 2015 uma poupança de 60,3 mil toneladas de CO₂e que, descontadas das emissões associadas à tração, geram um benefício líquido para a atmosfera de 48,6 mil toneladas de CO₂e.

Em termos económicos, os benefícios ambientais correspondem a um valor aproximado de 361 mil euros no ano de 2015. Por sua vez, os benefícios sociais decorrentes da estimativa de ganhos de tempo e da redução da pressão sobre o estacionamento ascendem a 158 milhões de euros e 11 milhões de euros, respetivamente. Ao nível social, estima-se um impacto no mercado de trabalho na ordem dos 860 postos de trabalho criados e/ou mantidos (direta e indiretamente) em 2015. Quase 70% desse valor corresponde a recursos humanos da empresa Operadora e seus subcontratados diretos. Seguem-se, por ordem de representatividade, os colaboradores da empresa Metro do Porto e os elementos respeitantes a contratos diretamente geridos pela Metro do Porto, nomeadamente, na manutenção, fiscalização, segurança, Funicular dos Guindais e serviço de transportes alternativos.

Handwritten signature and initials in blue ink, located at the bottom right of the page. The signature appears to be 'J. B.' followed by 'fz'.

X. Avaliação do Governo Societário

1. Verificação do cumprimento das recomendações recebidas¹⁵ relativamente à estrutura e prática de governo societário (vide artigo 54.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro), através da identificação das medidas tomadas no âmbito dessas orientações. Para cada recomendação¹⁶ deverá ser incluída:

a) Informação que permita aferir o cumprimento da recomendação ou remissão para o ponto do relatório onde a questão é desenvolvida (capítulo, subcapítulo, secção e página);

b) Em caso de não cumprimento ou cumprimento parcial, justificação para essa ocorrência e identificação de eventual mecanismo alternativo adotado pela entidade para efeitos de prossecução do mesmo objetivo da recomendação.

2. Outras informações: a entidade deverá fornecer quaisquer elementos ou informações adicionais que, não se encontrando vertidas nos pontos anteriores, sejam relevantes para a compreensão do modelo e das práticas de governo adotadas.

Relativamente a recomendações recebidas no âmbito do governo societário, essa questão vem tratada:

no ponto 6.3.4 do Relatório e Contas 2015 e que de seguida reproduzimos:

Na Assembleia Geral realizada a 26 de Maio de 2015, o representante do acionista Estado, em declaração de voto, disse que "o seu representado recomenda ao Conselho de Administração o cumprimento das suas obrigações no que respeita ao plano de redução de custos".

No ponto 6.3.14 do Relatório e Contas 2015, bem como no ponto II deste Relatório, é apresentada análise sobre este ponto, nomeadamente quanto às orientações recebidas e aos resultados alcançados em 2015.

¹⁵ Reporta-se também às recomendações que possam ter sido veiculadas a coberto de relatórios de análise da UTAM incidindo sobre Relatório de Governo Societário do exercício anterior.

¹⁶ A informação poderá ser apresentada sob a forma de tabela com um mínimo de quatro colunas: "Referência"; "Recomendação"; "Aferição do Cumprimento"; e "Justificação e mecanismos alternativos".

Metro do Porto, S.A.

Cumprimento das Orientações legais	Cumprimento	Quantificação/Identificação	Justificação/Referência ao ponto do relatório
	S/N/N.A.		
Objetivos de Gestão / Planos de Actividade e Orçamento	N.A.		Não foram definidos objetivos para o exercício de 2015 (ver ponto 6.3.1 do RC 2015)
Gestão do Risco Financeiro	S	3,23% - taxa média de financiamento em 2015	Atribuída ao IGCP através de contrato de mandato, Ver ponto 6.3.2 do RC 2015
Limites de Crescimento do Endividamento	S	Aumento de 2,9% face a 2014, abaixo do limite de 3% previsto no OE 2015 / IPG 2015	Ver ponto 6.3.2 do RC 2015
Evolução do PMP a fornecedores	N	-2 dias de PMP a fornecedores em 2015 face a 2014 (PMP de 63 dias em 2015)	Ver ponto 6.3.3 do RC 2015
Divulgação nos Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")	S	12.798,06 euros de dívidas em atraso a mais de 90 dias a 31 de Dezembro 2015 (mais 4.905,10 euros face ao ano anterior)	Ver ponto 6.3.3 do RC 2015
Recomendações do acionista na aprovação de contas			
Cumprimento das obrigações referentes ao plano de redução de custos	S		Ver ponto 6.3.4 e 6.3.14 do RC 2015
Remunerações			Ver ponto 6.3.5 do RC 2015
Não atribuição de prémios de gestão, nos termos art.º 41.º da Lei 82-B/2014	S	Não foram atribuídos prémios de gestão	
Órgãos sociais - reduções e reversões remuneratória vigentes em 2015	S	Total da Redução remuneratoria de 23.538,96 euros em 2015	
Restantes trabalhadores - reduções e reversões remuneratória vigente em 2015	S	Total da Redução remuneratoria de 174.378,76 euros em 2015	
Restantes trabalhadores - proibição de valorizações remuneratórias, nos termos do art.º 38º da Lei 82-B/2014	S		
EGP - Artigo 32º			Ver ponto 6.3.7 do RC 2015
Utilização de cartões de crédito	N		Existe um cartão de crédito atribuído ao Senhor Presidente do Conselho de Administração, utilizado exclusivamente em despesas da Empresa.
Reembolso de despesas de representação pessoal	S		
Despesas não documentadas - n.º 2 do artigo 16º do DL n.º 133/2013			
Proibição de realização de despesas não documentadas	S		Ver ponto 6.3.8 do RC 2015
Promoção da igualdade salarial entre mulheres e homens - n.º 2 da RCM n.º 18/2014			
Elaboração e divulgação do relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e homens	S		Ver ponto 6.3.9 do RC 2015
Contratação Pública			Ver ponto 6.3.10 do RC 2015
Aplicação das normas de contratação pública pela empresa	S		
Aplicação das normas de contratação pública pelas participadas	N.D.		
Contratos submetidos a visto prévio do TC	S	Quatro aditamentos Prometro (40 milhões de euros), contrato de subconcessão com a TCC (420 milhões de euros) e contrato de subconcessão com a Transdev (387 milhões de euros)	Ver ponto 2 e 6.3.10
Prevenção da corrupção - n.º 1 do artigo 46º do DL n.º 133/2013			
Elaboração e divulgação do relatório anual	N		Ver ponto 6.3.11 do RC 2015
Auditorias do Tribunal de Contas			Ver ponto 6.3.16 do RC 2015
Parque Automóvel			Ver pontos 6.3.13 e 6.3.14 do RC 2015
N. Viaturas	N	Aumento de uma viatura.	
Gastos com Viaturas	S	Redução de 5,5 mil euros nos gastos com a frota automóvel	
Gastos Operacionais das Empresas Públicas (artigo 61.º da Lei n.º 82-B/2014)	N		Ver ponto 6.3.14 do RC 2015
Redução de Trabalhadores (artigo 80.º da Lei n.º 82-B/2014)			Ver ponto 6.3.14 do RC 2015
N.º trabalhadores	S	Menos 5 trabalhadores (-7%)	
Volume de Negócios / N.º de trabalhadores	S	Mais 47 mil euros (+10%)	
N.º de cargos dirigentes	S	Varição nula	
Princípio da Unidade de Tesouraria (artigo 123.º da Lei 83-C/2013)			Ver ponto 6.3.15 do RC 2015
Disponibilidade Centralizadas no IGCP	S	88,7% das disponibilidades depositadas no IGCP em 31 de Dezembro 2015	
Juros auferidos em incumprimento da UTE e entregues em receita do Estado	S	Foram entregues 4,95 euros em 18 de agosto de 2015	

O modelo de governância, Comissão Executiva e Conselho de Administração com administradores executivos e não executivos, tem-se revelado adequado, tendo a Empresa beneficiado da empenhada intervenção de uns e de outros.

PORTO, 16 DE MAIO DE 2016

O Conselho de Administração

Presidente do Conselho de Administração:

(Prof. Jorge Moreno Delgado)



Vogais:

(Dr. Pedro Manuel de Azeredo Ferreira Lopes)



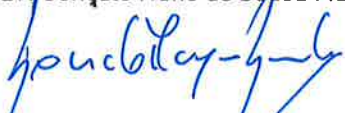
(Dr. Marco André dos Santos Martins Lopes)



(Eng. Tiago Filipe da Costa Braga)



(Dr. Gonçalo Nuno de Sousa Mayan Gonçalves)



(Eng. António Domingos Silva Tiago)



XI. Anexos do RGS

Como anexos ao relatório da entidade deverão ser incluídos pelo menos os seguintes documentos:

1. Ata ou extrato da ata da reunião do órgão de administração em que haja sido deliberada a aprovação do RGS 2015.

2. Relatório do órgão de fiscalização a que se refere o n.º 2 do artigo 54.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro.

3. Declarações a que se referem os artigos 51.º e 52.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro.

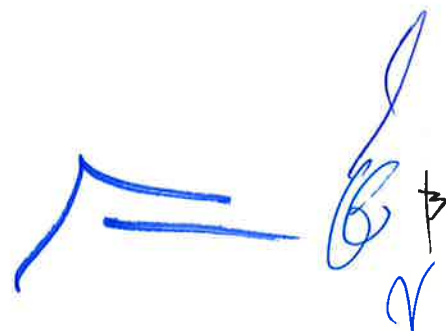
4. Ata da reunião da Assembleia Geral, Deliberação Unânime por Escrito ou Despacho que contemple a aprovação por parte dos titulares da função acionista dos documentos de prestação de contas (aí se incluindo o Relatório e Contas e o RGS) relativos ao exercício de 2014¹⁷.

- ANEXÓ 1 – ATA DA REUNIÃO DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO RELATIVA À APROVAÇÃO DO RGS 2015
- ANEXO 2 – RELATÓRIO DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO
- ANEXO 3 – DECLARAÇÕES A QUE SE REFEREM OS ARTIGOS 51º E 52º DO DL 133/2013
- ANEXO 4 – ATA DA REUNIÃO DA ASSEMBLEIA GERAL RELATIVA À APROVAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS 2014 – encontra-se disponível no SIRIEF a Ata 41 da Assembleia Geral.

¹⁷ A incluir apenas no caso do documento em apreço não se encontrar disponível em SiRIEF.

ANEXO 1

ATA DA REUNIÃO DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO RELATIVA À APROVAÇÃO DO RGS 2015

A handwritten signature in blue ink, consisting of a stylized 'E' followed by a cursive 'B' and a small 'N' at the bottom right.

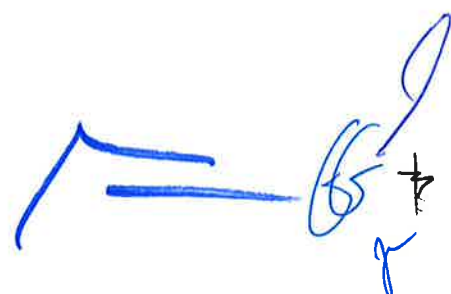
ANEXO 2

RELATÓRIO DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO

A handwritten signature in blue ink, consisting of a stylized 'E' followed by a cursive flourish and a small mark.

ANEXO 3

DECLARAÇÕES A QUE SE REFEREM OS ARTIGOS 51º E 52º DO DL 133/2013

A handwritten signature in blue ink, consisting of a stylized 'M' followed by a cursive 'P' and a small cross-like mark.

DECLARAÇÃO DE INDEPENDÊNCIA

(artigo 51.º do Decreto - Lei n.º 133/2013, de 03 de outubro)

Eu, João Velez Carvalho, declaro que não intervenho nas decisões que envolvam os meus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por mim realizadas, conforme determina o artigo 51.º do Decreto - Lei n.º 133/2013, de 03 de outubro, ou em outra legislação aplicável.

Porto, 08 de maio de 2015



João Velez Carvalho

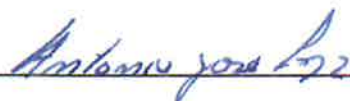


DECLARAÇÃO DE INDEPENDÊNCIA

(artigo 51.º do Decreto - Lei n.º 133/2013, de 03 de outubro)

Eu, António José Lopes, declaro que não intervenho nas decisões que envolvam os meus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por mim realizadas, conforme determina o artigo 51.º do Decreto - Lei n.º 133/2013, de 03 de outubro, ou em outra legislação aplicável.

Porto, 08 de maio de 2015



António José Lopes




Handwritten initials and marks in blue ink at the bottom right of the page, including a large 'F' shape, 'BS', and other illegible marks.

DECLARAÇÃO DE INDEPENDÊNCIA

(artigo 51.º do Decreto - Lei n.º 133/2013, de 03 de outubro)

Eu, Rui Miguel Faria de Sá Pinto, declaro que não intervenho nas decisões que envolvam os meus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por mim realizadas, conforme determina o artigo 51.º do Decreto - Lei n.º 133/2013, de 03 de outubro, ou em outra legislação aplicável.

Porto, 08 de maio de 2015



Rui Miguel Faria de Sá Pinto



DECLARAÇÃO DE INDEPENDÊNCIA

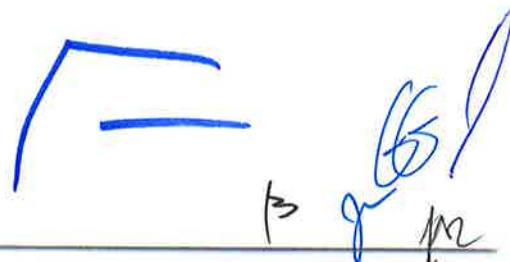
(artigo 51.º do Decreto - Lei n.º 133/2013, de 03 de outubro)

Eu, Gonçalo Nuno de Sousa Mayan Gonçalves, declaro que não intervenho nas decisões que envolvam os meus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por mim realizadas, conforme determina o artigo 51.º do Decreto - Lei n.º 133/2013, de 03 de outubro, ou em outra legislação aplicável.

Porto, 08 de maio de 2015



Gonçalo Nuno de Sousa Mayan Gonçalves



DECLARAÇÃO DE INDEPENDÊNCIA

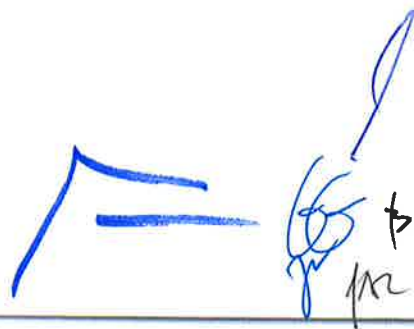
(artigo 51.º do Decreto - Lei n.º 133/2013, de 03 de outubro)

Eu, Joana Fernanda Ferreira de Lima, declaro que não intervenho nas decisões que envolvam os meus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por mim realizadas, conforme determina o artigo 51.º do Decreto - Lei n.º 133/2013, de 03 de outubro, ou em outra legislação aplicável.

Porto, 08 de maio de 2015



Joana Fernanda Ferreira de Lima



DECLARAÇÃO DE INDEPENDÊNCIA


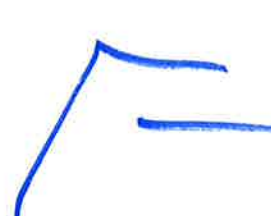
(artigo 51.º do Decreto - Lei n.º 133/2013, de 03 de outubro)

Eu, António Domingos da Silva Tiago, declaro que não intervenho nas decisões que envolvam os meus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por mim realizadas, conforme determina o artigo 51.º do Decreto - Lei n.º 133/2013, de 03 de outubro, ou em outra legislação aplicável.

Porto, 08 de maio de 2015



António Domingos da Silva Tiago



→ r. 1/12

DECLARAÇÃO DE PARTICIPAÇÕES PATRIMONIAIS


(artigo 52º do Decreto - Lei n.º 133/2013, de 03 de outubro)

Eu, João Velez Carvalho, declaro que não detenho quaisquer participações patrimoniais na Metro do Porto, S.A., assim como quaisquer relações que mantenham com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesse, conforme determina o artigo 52.º do Decreto - Lei n.º 133/2013, de 03 de outubro.

Porto, 08 de maio de 2015



João Velez Carvalho

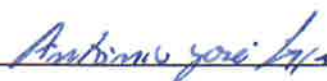


DECLARAÇÃO DE PARTICIPAÇÕES PATRIMONIAIS

(artigo 52.º do Decreto - Lei n.º 133/2013, de 03 de outubro)

Eu, António José Lopes, declaro que não detenho quaisquer participações patrimoniais na Metro do Porto, S.A., assim como quaisquer relações que mantenham com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesse, conforme determina o artigo 52.º do Decreto - Lei n.º 133/2013, de 03 de outubro.

Porto, 08 de maio de 2015



António José Lopes



DECLARAÇÃO DE PARTICIPAÇÕES PATRIMONIAIS

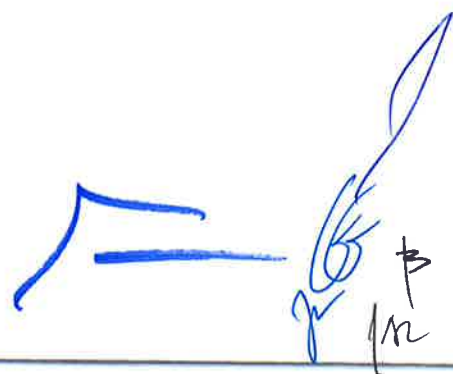
(artigo 52º do Decreto - Lei n.º 133/2013, de 03 de outubro)

Eu, Rui Miguel Faria de Sá Pinto, declaro que não detenho quaisquer participações patrimoniais na Metro do Porto, S.A., assim como quaisquer relações que mantenham com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesse, conforme determina o artigo 52.º do Decreto - Lei n.º 133/2013, de 03 de outubro.

Porto, 08 de maio de 2015



Rui Miguel Faria de Sá Pinto



DECLARAÇÃO DE PARTICIPAÇÕES PATRIMONIAIS

(artigo 52º do Decreto - Lei n.º 133/2013, de 03 de outubro)

Eu, Gonçalo Nuno de Sousa Mayan Gonçalves, declaro que não detenho quaisquer participações patrimoniais na Metro do Porto, S.A., assim como quaisquer relações que mantenham com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesse, conforme determina o artigo 52.º do Decreto - Lei n.º 133/2013, de 03 de outubro.

Porto, 08 de maio de 2015



Gonçalo Nuno de Sousa Mayan Gonçalves



ANEXO 4

ATA DA REUNIÃO DA ASSEMBLEIA GERAL RELATIVA À APROVAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS
2014

Encontra-se disponível no SIRIEF a Ata 41 da Assembleia Geral.

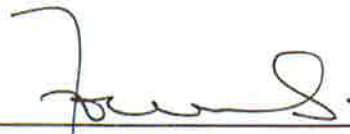
A handwritten signature in blue ink, consisting of a stylized 'E' followed by a cursive signature.

DECLARAÇÃO DE PARTICIPAÇÕES PATRIMONIAIS

(artigo 52º do Decreto - Lei n.º 133/2013, de 03 de outubro)

Eu, Joana Fernanda Ferreira de Lima, declaro que não detenho quaisquer participações patrimoniais na Metro do Porto, S.A., assim como quaisquer relações que mantenham com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesse, conforme determina o artigo 52.º do Decreto - Lei n.º 133/2013, de 03 de outubro.

Porto, 08 de maio de 2015



Joana Fernanda Ferreira de Lima



DECLARAÇÃO DE PARTICIPAÇÕES PATRIMONIAIS

(artigo 52º do Decreto - Lei n.º 133/2013, de 03 de outubro)

Eu, António Domingos da Silva Tiago, declaro que não detenho quaisquer participações patrimoniais na Metro do Porto, S.A., assim como quaisquer relações que mantenham com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesse, conforme determina o artigo 52.º do Decreto - Lei n.º 133/2013, de 03 de outubro.

Porto, 08 de maio de 2015



António Domingos da Silva Tiago



Handwritten initials and date: 16/05/15